

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FLORES, Mário César . Mário César Flores II (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 6min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Mário César Flores II
(depoimento, 2011)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Eduardo de Achilles Melo; Matias Spektor; Tatiana Pedro do Coutto;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 02/05/2011 a 30/05/2011

Duração: 3h 6min

Arquivo digital - áudio: 4; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória Histórica e Estratégica da Energia Nuclear no Brasil”, desenvolvido pelo CPDOC/FGV com financiamento da FINEP, entre setembro de 2009 e setembro de 2011. O projeto visa à criação de um banco de entrevistas com pessoas de grande expressão na história da energia nuclear no Brasil. Serão realizadas 100 horas de entrevistas, que resultarão na construção dos originais de um livro.

Temas: Acordos e tratados nucleares; Aeronáutica; América Latina; Anos 1950; Anos 1970; Argentina; Brasil; Chile; China; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Comissão parlamentar de inquérito; Constituição federal (1988); Cooperação militar; Defesa nacional; Diplomacia; Eliezer Batista; Energia nuclear; Estados Unidos da América; Fernando Collor de Mello; Governo José Sarney (1985-1989); Guerra das Malvinas (1982); Investimento estrangeiro; Iraque; Marinha; Programa Nuclear Brasileiro; Regime militar; Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP); Universidade de São Paulo; Urânio;

Sumário

1ª entrevista: 02.05.2011

Arquivo 1: Projetos Nucleares da Marinha (governo Sarney); a questão do sigilo do projeto; época em que foi adido; a crise de Itaipu e Corpus; Comissão Nacional de Energia Nuclear; o Sistema de Contabilidade e Controle entre Brasil e Argentina; corte de recursos no Conselho de Defesa Nacional no governo Sarney e depois no início do governo Collor; a construção da planta para a conversão em gás no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares; Serra do Cachimbo; Programa Nuclear Paralelo; projetos da aeronáutica e da marinha; associação da Universidade de São Paulo e Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares; paralisação do programa nuclear da marinha no governo Collor; processo das Visitas Mútuas; Comissão de Avaliação do Programa Nuclear Brasileiro; a Comissão Nacional de Energia Nuclear no governo Collor; receio da retomada do regime militar na Argentina; pressões externas; reaproximação da Marinha do Brasil e da Argentina nos anos 1970; cooperação internacional; mais considerações sobre a época em que foi adido; Guerra das Malvinas em 1982.

Arquivo 2: Planos nucleares do governo Collor para o programa nuclear da Marinha; projeto do submarino nuclear; apoio estrangeiro; a Secretaria de Assuntos Estratégicos sob o comando de Eliezer Batista; considerações sobre o enriquecimento de urânio pela Marinha; CPI de 1990; comprometimento, na Constituição de 1988, do uso da energia nuclear para “fins pacíficos”; a questão da Amazônia Azul.

2ª entrevista: 30.05.2011

Arquivo 1: A questão Corpus e Itaipu (década de 1970): visão militar estratégica e visão do povo argentino; relação com a Marinha argentina; compra de porta aviões pelo Brasil e Argentina na década de 1950; considerações sobre uma diplomacia militar paralela; algumas inferências acerca de um plano de defesa nacional em relação à Argentina; considerações sobre a doutrina naval brasileira; a mobilização de helicópteros em direção ao Chile em 1978; a questão das Malvinas; o regime militar argentino; movimento de pró-abertura no Brasil; avanços nucleares argentinos: a pesquisa sobre plutônio; breve consideração sobre o Instituto Nacional de Pesquisas Aplicadas com sede em Bariloche e o Centro Técnico Aeroespacial; o

Conselho de Segurança Nacional; o interesse das forças armadas no projeto nuclear brasileiro; inferências sobre as ultracentrifugas alemãs.

Arquivo 2: Relação do Sarney com a questão nuclear: as visitas e as Forças Armadas; programa Solimões; breve consideração sobre o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares; o Instituto de Pesquisa em Energia Nuclear; a pressão norte-americana na década de 1980; obtenção de material para o Programa Nuclear do Brasil; considerações sobre a cooperação sigilosa com a China e com o Iraque; algumas inferências acerca do Centro de Pesquisa Aeroespacial; o Projeto Sonda; o atraso brasileiro na missilística; as Visitas Mútuas: a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle, maior resistência ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares; a possibilidade da criação de um artefato nuclear brasileiro.

1ª Entrevista: 02/05/2011

E.M. – Almirante, quando o presidente Collor é eleito, o senhor era o chefe do Estado-Maior da Armada - que era o segundo homem, pelo que eu entendo, na hierarquia da Marinha nesse momento - como estavam os projetos nucleares no âmbito da Marinha?

M.F. – Era uma fase positiva. Durante o governo Sarney, que sucedeu o Collor, foi uma fase positiva do projeto da Marinha. Havia sido iniciado – eu creio que o almirante Othon¹ deve ter falado sobre isso – em fins de 1978, com uma recomendação muito rigorosa do ainda presidente Geisel de que o projeto da Marinha fosse desenvolvido em sigilo para não haver... Essa argumentação do presidente – e não tem razão para supor que não fosse outra – para não haver interferência com o acordo nuclear com a Alemanha. Eu não conheço o acordo, nunca li esse acordo, mas suponho que tenha, lá, alguma cláusula que viesse a ser conflitante com o desenvolvimento nuclear da Marinha. Esse desenvolvimento foi conduzido inicialmente no CTA² e depois passou para o campus da USP, onde o Othon com o pessoal dele, e do IPEN³ - porque pouco se diz... O pessoal do IPEN estava à margem do acordo com a Alemanha, e viu com bons olhos o programa da Marinha porque tiveram em que engajar a competência deles. O pessoal do IPEN foi muito útil. A Marinha com o IPEN desenvolveu as coisas, e já em 1982 houve uma pequena demonstração de enriquecimento de urânio. O fundamental era dominar o ciclo do urânio, e isso foi se desenvolvendo. Chegaram à conclusão que não podiam continuar, lá, dadas as dimensões que estavam atingindo; conseguiu-se fazer as instalações de Iperó e passou-se para lá. As coisas foram crescendo e, no governo Sarney, aconteceram eventos que reforçaram o programa. Um deles é que havia atingido uma dimensão tal que o sigilo que o presidente Geisel queria era fisicamente impossível, havia instalações físicas grandes e muita gente engajada, mais de mil funcionários, era impossível manter. Então, o sigilo se tornou meio inóculo. Não tinha mais. A outra razão que também facilitou, é que os gargalos tecnológicos fundamentais haviam sido superados; estavam resolvidos pela equipe do almirante Othon. Então, aquele sigilo que, na verdade, se o projeto fosse o conhecimento público internacional haveria dificuldade para superar esses

¹ O entrevistado se refere a Othon Luiz Pinheiro da Silva.

² O entrevistado se refere ao Centro Técnico Aeroespacial.

³ O entrevistado se refere ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares.

gargalos. Esses gargalos foram superados com ajuda de informações obtidas em vários países. O pessoal que Othon mandava estudar isso, ou aquilo, em vários países.

T.C. – Gargalos técnicos.

M.F. – Técnicos. [inaudível] técnicos. Esses estão superados. Então, a questão do sigilo tinha perdido um pouco de sentido. Primeiro, que já não era real; segundo, havia perdido um pouco de sentido, já que as coisas mais críticas haviam sido superadas; e, em terceiro, é que nós estávamos vivendo o relaxamento da crise de Itaipu e Corpus – que, na segunda metade dos anos 1970, eu era adido naval em Buenos Aires e vivia sempre para lá. A crise de Itaipu e Corpus adquiriu uma dimensão preocupante, até estratégica, chegou a haver preparos preventivos de natureza militar, e havia necessidade de superar essa crise. Na Argentina, o clima era adequado, tinha havido o episódio das Malvinas em que a Argentina se saiu bem e o fim do regime militar na Argentina. Então, o clima era adequado. O presidente Alfonsín ⁴ era, evidentemente, propenso a uma harmonização com o Brasil; e o Sarney também é propenso à harmonização com todo mundo - de modo que, como o presidente Alfonsín, também. Então, havia essas três razões para chegarmos a uma situação positiva para o projeto. Houve a divulgação do projeto, e foi anterior a... Convém me situar nessa [inaudível]. Depois que eu saí do Estado-Maior da Armada, quando foi estabelecido o projeto e iniciado, eu passei algum tempo em funções normais na Marinha – embarcado, comandante de forças, diretor da Escola de Guerra Naval...

E.M. – O senhor foi adido, em Buenos Aires, em que época exatamente?

M.F. Foi época braba. 1977 e 1978. [risos]

T.C. – O pior ano.

M.F. – Época braba. O meu filho era jovem, saía na rua e era parado imediatamente. [riso] Vivi uma época braba. Mas, voltando ao tema, o Alfonsín e o Sarney, querendo esvaziar esse clima de... Os resíduos que ainda ocorriam do episódio de Itaipu e Corpus. Mais na Argentina do que no Brasil, o Brasil nunca levou muito a sério – aliás, um país lúdico, em que é difícil até para alguma coisa muito a sério. [riso] Houve o Mercosul também, o estabelecimento do Mercosul era necessário para aliviar as tensões - as tensões já eram frágeis, mas havia ainda. Então, decidiram abrir os dois projetos porque, na Argentina, havia um projeto mais adiantado do que o brasileiro, ou conduzido pela CNEN ⁵.

⁴ O entrevistado se refere a Raúl Ricardo Alfonsín, foi presidente da Argentina de 1983-1989.

⁵ O entrevistado se refere à Comissão Nacional de Energia Nuclear.

E.M. – A [CNEA ⁶].

M.F. – É. Comissão Nacional de Energia Nuclear. Procuravam isso com o adido naval e eu fui obrigado a procurar me interar o assunto. Procuravam o enriquecimento do urânio pelo processo Russo e Americano, a difusão gasosa. Tecnicamente, eu não entendo nada disso, nunca me interessei também para entender [riso], mas eles queriam processar por difusão gasosa; e nós optamos na Marinha, não no CTA ⁷, por convencimento técnico bom do almirante Othon, pela ultracentrifugação – que é [Urenco ⁸], a Europa. Então, como na Argentina havia a procura do enriquecimento e uma coisa que não tivemos no Brasil - em momento nenhum nós chegamos a ter - que é o beneficiamento de plutônio, eles podiam fazer isso porque eles já tinham a usina nuclear. Eu não me lembro do nome dela, agora, mas já tinham a usina nuclear, e nós não tínhamos ainda. Depois tivemos Angra I. Então, o Alfonsín e o Sarney se acertaram, e abrimos as visitas recíprocas. Os Argentinos tinham o direito de visitar as nossas instalações e nós tínhamos o direito de visitar as instalações deles. As provas estão na proximidade de Bariloche e perto do aeroporto de [inaudível], onde tem as placas de plutônio.

E.M. – Argentina?

M.F. – É. E houve, até, um episódio em que eu participei, porque então eu já era diretor geral de material - portanto, o chefe superior era o Othon -, a visita do Alfonsín e do Sarney a Iperó. Foi uma coisa muito engraçada, eu vendo dois presidentes com jaleco branco percorrerem entre ultracentrífugas, de que eles não entendiam nada - como eu também não entendia. [risos] Mas era uma questão simbólica, era uma abertura mútua, não é? Depois gente nossa... O Sarney não foi, mas foi gente nossa fazer visita recíproca lá, na Argentina, e tal. A partir daí, foi criada uma – eu não sei exatamente o nome, já esqueci – comissão de controle mútuo, uma contabilidade de controle...

T.C. – É o Sistema de Contabilidade e Controle.

M.F. – Foi cria do isso, que concede o rodízio Buenos Aires e Rio de Janeiro - eu creio que Rio de Janeiro – e isso funcionou direitinho. Estava funcionando bem, não havia

⁶ O mais próximo do que foi possível ouvir. O entrevistador se refere à COMISIÓN NACIONAL DE ENERGÍA ATÓMICA.

⁷ O entrevistado se refere ao Centro Técnico Aeroespacial.

⁸ O mais próximo do que foi possível ouvir.

problemas, e chegou a um ponto em que a Agência Internacional de Viena admitia como válida para ela as inspeções passadas por esse Sistema de Contabilidade e Controle - o que foi ótimo. Então, foi um período bom. Ademais, houve fluxo de recursos, o nosso programa – [inaudível] eu suponho que saibam – ele era sustentado pelo orçamento da Marinha e o aporte vultoso do antigo Conselho de Segurança Nacional. Porque o Conselho de Defesa Nacional pós-constituição de 1988 continuou a dar o aporte durante o governo Sarney e funcionou bem, no caso avançamos bastante, começamos a ampliar o número de ultracentrífugas e, nesta ocasião, eu era diretor geral de material, foi decidido dar um passo no domínio do ciclo nuclear. Até então, nós recebíamos hexafluoreto de urânio, que é gás, do exterior - de mais de uma procedência, mas eu acho que o Canadá era o principal - e fazíamos o enriquecimento nas instalações de Iperó; mas foi decidido que precisávamos ampliar o domínio sobre o ciclo com a transformação do yellowcake em hexafluoreto, e isso é uma instalação que começou a ser construída quando eu era diretor geral de material – portanto, em 1987, e foi terminado no governo Lula. Porque, ao fim do governo Sarney e início do governo Collor, houve um abrupto corte no aporte financeiro no Conselho de Defesa Nacional. Cessou no tempo em que eu fui ministro da Marinha e, depois continuou a mesma coisa, não havia aporte financeiro outro que não fosse o orçamento da Marinha; que evidentemente tinha limitações e nós tivemos, eu diria, que quase vegetar – não deixar cair o que já se conhecia, mas pouco progredir. Inclusive a construção dessas instalações necessárias de transformar o yellowcake em hexafluoreto, cuja tecnologia o IPEN já tinha, mas em escala laboratorial. Não produzia nada que se pudesse ser útil para a ultracentrifugação...

T.C. – A construção dessa planta para a conversão em gás no IPEN, ela seria feita em Aramar ou já em Resende?

M.F. – Aramar. Sim. Aramar era uma [inaudível] de instalação. [riso] Começou a ser feita, lá, quando eu ainda era diretor do material, foi antes de eu ser ministro e antes de ser chefe do Estado-Maior, e se prolongou por, eu creio, uns vinte anos ou dezoito anos. É um absurdo, isso, ela ficou pronta no governo do presidente Lula; mas, como eu disse, houve um corte abrupto de recursos. Como os recursos, também do Ministério da Marinha, sofreram restrições, o aporte que a Marinha podia dar para Aramar, evidentemente, decresceu. Então, as coisas começaram a marcar passo, como se diz, não é? Sem sair do lugar, ou pouco avançando. Houve uma boa competência do almirante Othon e de seus sucessores no sentido de não deixar morrer, conseguiu-se manter aquilo,

mas o corte abrupto foi no início do governo Collor – foi impressionante, a coisa foi drástica e radical... E, agora eu posso dizer com liberdade - essa altura da vida me dá o direito de ter - [risos] talvez eu tenha falado aqui, houve aquele episódio da Serra do Cachimbo, não é? Curiosamente, quando o presidente convocou os três ministros militares para uma reunião, o brigadeiro Sócrates⁹, o general Tinoco¹⁰ e eu - acho que o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas também estava, eu não tenho certeza -, ele foi muito peremptório no sentido de que queria que sustasse o programa e nós três ficamos perplexos porque, para nós, o programa tinha sido sustado no governo Figueiredo – no mínimo há mais de cinco anos. Eu, pessoalmente, como o programa era conduzido pelo CTA, fiquei quieto; mas, quando saímos de lá, eu me reuni com o brigadeiro Sócrates e me lembro dele veemente disse: “Isso não existe mais, não existe há mais de cinco anos. Esse programa foi sustado ainda no Figueiredo.” O ministro da Aeronáutica - já faleceu, e eu não me lembro o nome dele... Poucos ainda não faleceram dessa época. [riso] Foi uma surpresa para nós. Eu acho que aquela cena da Serra do Cachimbo teve propósitos externos, teve propósitos para fins externos; porque para aqui, dentro, não havia sentido. Eu me lembro que um coronel - ele era uma espécie de superintendente, comandante daquilo que funcionava como uma base alternativa para aviões que precisassem descer ali -, ele disse: “Pois é, fechou um buraco, mas tinha mais de dez.” [riso] Quer dizer, fizeram uma série de experiências ali. Aquilo foi para fins externos para dizer: “O Brasil não quer a bomba atômica, não vai fazer bomba atômica.” Já estava decidido, isso, há cinco anos atrás.

T.C. – O presidente chegou a dizer como ele havia sido informado? Porque, aparentemente, ele falou veementemente que sabia que tinha.

M.F. – Falou veemente, mas não disse isso.

E.M. – Deixe eu pegar esse ponto um instante. Nós temos algumas fontes que mostram que, na transição do governo Sarney para o governo Collor - quando o Collor já tinha sido eleito presidente -, houve uma reunião entre o Pedro Paulo Leoni Ramos, que era o futuro chefe da SAE¹¹, e o general Leônidas¹², que era o então ministro do Exército saindo, e

⁹ O entrevistado se refere a Sócrates da Costa Monteiro

¹⁰ O entrevistado se refere a Carlos Tinoco Ribeiro Gomes

¹¹ O entrevistador se refere à Secretaria de Assuntos Estratégicos.

¹² O entrevistador se refere ao general Leônidas Pires Gonçalves.

nessa reunião teriam sido passadas ao Pedro Paulo informações sobre o Programa Nuclear Brasileiro, inclusive o programa nuclear que corria por fora do acordo com a Alemanha. A nossa informação é de que ficou na equipe de transição do presidente Collor a idéia de que aquele programa levaria, inclusive, à construção de explosivos nucleares, e que essa reunião foi uma grande motivação por traz da política nuclear do governo Collor – ela norteou nomeações, norteou decisões e, possivelmente, inclusive essa reunião que o senhor está mencionando. O senhor tem notícias...

M.F. – Com certeza, isso. Não. Nessa reunião do general Leônidas com o Pedro Paulo, nenhuma. Eu nunca tinha ouvido falar. Acredito que de alguma forma... Agora, estou estranhando ser o general Leônidas o portador dessas informações, porque havia – vamos dizer – dois programas paralelos ao acordo com a Alemanha em curso: Um conduzido pelo CTA que não lavava a nada, a intenção foi, no pretérito passado mais longo, realmente chegar à capacidade de produzir arma nuclear; mas, decididamente, não levava a nada. Inclusive a procura do enriquecimento do urânio era por um sistema que os Estados Unidos abandonou, a Rússia abandonou...

E.M. – É o enriquecimento a laser.

M.F. – A laser. Abandonaram. O CTA pretendia chegar ao enriquecimento a laser. O que Othon, aliás, [foi comigo, até, a essa conversa¹³] afirmou: “Nós estamos perdendo tempo, não [inaudível] nada. Vamos tentar a ultracentrifugação.” Então, eu estranho que um projeto conduzido pelo CTA, e outro conduzido pela Marinha, tenha sido levado ao Pedro Paulo Leoni pelo ministro do Exército. Acho isso estranho. Até porque, se tivesse procurado o almirante Sabóia¹⁴, ele teria dito o que a Marinha estava fazendo sem dúvida alguma; e o brigadeiro Moreira Lima – que, aliás, fala muito [risos] – teria dito a mesma coisa sobre o que a Aeronáutica estava fazendo. Até porque o X da questão, que é a arma nuclear, era uma intenção que já tinha sido abandonada há mais tempo. Estranho ter havido uma reunião... Não ter havido uma reunião, porque pode ter havido, mas o informante dos programas nucleares paralelos tenha sido o ministro do Exército, e ele não estava envolvido e nenhum dos dois. O Exército seria envolvido e não chegou a ser, mas

¹³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

¹⁴ O entrevistado se refere a Henrique Sabóia, Ministro da Marinha no governo Sarney.

seria envolvido pela repartição de tarefas [riso]. Ele seria envolvido, no futuro - e não chegou a acontecer - no projeto de beneficiamento do plutônio, que seria aqui, na Restinga da Marambaia, as instalações que o Exército tem. Isso não aconteceu, não chegamos lá. Mas, essa reunião, se houve eu não conheço.

E.M. – Qual era a relação entre os projetos... Os projetos, eles aconteciam todos em paralelo, da Aeronáutica e da Marinha? Quer dizer, o que o senhor está mostrando, aqui, é a Marinha, num determinado momento, decidiu seguir...

M.F. – Outro rumo.

E.M. – Tomou uma escolha técnica diferente da Aeronáutica; o Exército tinha pouco a contribuir em termos de pesquisa nessa área; e a Aeronáutica perseguia avançando com essa pesquisa a laser, que acabou não dando resultado. Essa é a divisão de tarefas?

M.F. – É. Bom, depois que a equipe do Othon chegou à conclusão de que o caminho do CTA não iria levar a nada, e que nos associamos à USP e ao IPEN – foi uma associação muito benéfica para o país –, houve uma separação de rumos completa. Praticamente não havia... Eventualmente um detalhe, uma contribuição num detalhe, mas nada de importância. A Marinha conduzia o projeto dela com o IPEN e com o Sistema Industrial de São Paulo, que foi muito útil.

E.M. – Havia algum tipo de coordenação de alto nível, entre esses projetos, de troca de...

M.F. – Não. Não havia. Eu posso lhe dizer até o seguinte, o presidente da Comissão Internacional de Energia Atômica, um deles - que eu me lembro – que foi fazer uma conferência na Escola de Guerra Naval quando eu era diretor – portanto, antes de eu ser diretor do material –, ele fez uma conferência sobre a atividade nuclear no Brasil e não citou o programa da Marinha. Questionado no período de perguntas, ele manifestou uma tremenda restrição ao programa da Marinha; e, inclusive, manifestando que era prejudicial ao acordo com a Alemanha, no qual a Agência estava, evidentemente, envolvida. Ele mostrou bastante restrição e antipatia – eu vou usar uma palavra simpática – pelo programa da Marinha.

T.C. – Isso foi em ano?

M.F. – Quando eu fui diretor da Escola de Guerra Naval, em 1986.

E.M. – Quando o senhor assume, recebe alguma instrução específica do presidente Collor em relação à área nuclear da marinha?

M.F. – Nenhuma.

E.M. – O senhor [inaudível] o presidente de...

M.F. – Sim. Isso eu fiz. Do que estava acontecendo na Marinha, eu fiz.

E.M. – Logo no início.

M.F. – Logo no início. E supondo, inclusive - uma coisa que ele me surpreendeu depois -, que continuaria a cooperação financeira do Conselho de Defesa Nacional. Eu ignorava que seria cortado, como foi. Mas eu fiz uma breve exposição sobre toda a Marinha.

E.M. – Claro. Sobre vários assuntos e, entre eles...

M.F. - Entre eles, esse.

E.M. – Entendi.

T.C. – O senhor acha que essa restrição orçamentária foi por causa da conjuntura econômica, foi uma limitação de recursos ou o senhor acha que houve um componente intencional, ou político, no sentido de ralentar, ou de breicar, um pouco...

M.F. – Eu acho que sim. Em minha opinião, evidentemente que a questão da restrição orçamentária contribui, é lógico; mas o fundamental foi a intenção de dar uma freada nesse desenvolvimento nuclear da Marinha. O que me parece um tanto estranho, porque nunca houve dívida... Quando o programa foi aberto, nunca houve dívida no mundo de que a nossa intenção era chegar à propulsão naval. Não havia nenhuma intenção de arma nuclear no programa da Marinha. Para você ver que a Agência Internacional de Viena nunca deu problema conosco; pelo contrário – eu não diria que cooperou -, mas sempre foi simpática e não criou problemas. A Argentina não criou problemas e os Estados Unidos nunca criou problemas conosco. Entretanto, a impressão que me dá é que o presidente Collor teve a intenção internacional de dizer: “Nós não queremos bomba atômica, então eu vou dar uma freada aqui, nesse programa da Marinha.”

E.M. – O senhor chegou a discutir com o presidente, com a ministra Zélia ¹⁵ ou com o ministro Marcílio ¹⁶ essa redução específica de recursos para a área nuclear?

M.F. – Bom, isso, eu cheguei a reclamar - sem dúvida [riso] -, mas sem sucesso.

E.M. – Entendi.

T.C. – O senhor mencionou, o problema era no orçamento e no Collor, e o senhor falou: “A Argentina não criava problemas e os Estados Unidos não criava problemas.”

M.F. – Não.

¹⁵ O entrevistador se refere à Zélia Maria Cardoso de Mello. Ministra da Fazenda durante o governo Collor e prima do mesmo.

¹⁶ O entrevistador se refere a Marcílio Marques Moreira. Ministro da fazenda durante o governo Collor.

T.C. – Essas atividades da Marinha já eram conhecidas?

M.F. – Ah, nessa época, já.

T.C. – E a Marinha do Brasil também conhecia as atividades do seu tempo como adido naval? As atividades do paralelo na Argentina eram conhecidas?

M.F. – Não. Como adido naval não. [riso]

T.C. – Eu fiz um salto, não é?

M.F. – É. Eu fui adido naval nos anos 1977 e 1978. Ali, primeiro, não havia o programa da Marinha ainda, o programa da Marinha começou, exatamente, quando eu voltei da adidância; e o programa da Argentina não era da Marinha, era argentino. Se bem que, por muitos anos, o presidente foi também um almirante, só que foi [inaudível] porque ele era técnico naquilo – ele conhecia aquilo.

T.C. – Castro Madero ¹⁷.

M.F. – Castro Madero. Eu cheguei a conhecê-lo. Mas, nessa época, a Marinha não tinha o seu programa; e, na Argentina, era sigiloso. O que nós conseguíamos saber era ouvindo um pouco aqui, um pouco ali e montando as coisas. Portanto, o problema de cuidados com o exterior não justifica esse corte no início do governo Collor. Não havia esse cuidado.

T.C. – Era aceito.

M.F. – Era aceito. Completamente aceito.

T.C. – Porque eles sabiam que não tinha a preocupação de desenvolver o artefato.

E.M. – Quando o senhor assume, herda - já em andamento - o processo das visitas mútuas.

M.F. – Já estava sim.

E.M. – Quão avançadas estavam as negociações...

M.F. – Francamente, eu não sei lhe responder qual era a frequência. Eu sei que não havia problema, nunca me trouxeram problema a respeito.

E.M. – Entendi.

M.F. – Mas a frequência e tal, eu não conheço.

E.M. – O senhor sabe de onde vem a iniciativa para se iniciar esse processo de visitas? Se ela vem de dentro da própria Marinha, ou da Presidência...

M.F. – Não. Foi de fora. Foi político. A Marinha não criou nenhum problema, não havia razão. Nós tínhamos um cuidado, um cuidado natural, que é defender a secreciedade de

¹⁷ A entrevistadora se refere ao Almirante Castro Madero.

determinados detalhes de avanço tecnológico, porque isso vale dinheiro – é uma coisa -, mas a existência de um programa, a sua razão de ser e em que pé estava nunca tivemos nenhuma objeção.

T.C. – O senhor teria como avaliar o papel da Comissão Vargas ¹⁸ nesse processo de abertura e de início de visitas mútuas?

M.F. – Bom, eu não sei avaliar o da Comissão Vargas, eu sei que ele era simpático à questão e positivo. O Vargas ¹⁹, conosco, foi sempre muito positivo, nunca criou problema. Agora, se a comissão teve alguma influência nisso, eu não sei.

T.C. – Na medida em que é só uma hipótese que nós levantamos no sentido em que começou a abrir as atividades da comissão, começaram a abrir as instalações da Marinha, no IPEN e, também, da Copesp ²⁰ para visitas de parlamentares e das pessoas que formavam a comissão.

M.F. – Francamente, eu não sei. Eu levei a Iperó vários. Eu me lembro, até, de um senador pelo Pará – eu não me recordo do nome dele -, olhou aquilo e disse: “Isto é coisa de primeiro mundo num país pobre.” [riso] Eu falei: “Paciência. Temos que nos desenvolver.” [riso] Eu me lembro de uma visita que foi muito positiva do Hélio Jaguaribe, ele era secretário de ciência e tecnologia do Collor – acho que é. Enfim, eu acompanhei muitas visitas; mais quando eu era diretor do material, como ministro eram poucas - a do Hélio, por exemplo, eu fui com ele. Não havia nenhuma... A restrição, realmente, que eu achei que havia – mas isso foi antes de eu ser ministro – foi da Comissão Nacional de Energia Atômica, isso me pareceu... Como era o nome daquele? Hervásio de Carvalho?

T.C. - Hervásio de Carvalho.

M.F. – É. A conferência que ele fez na Escola de Guerra Naval foi... No período de perguntas, ele não mencionou nada do Programa Paralelo e, exatamente, para uma platéia de oficiais de Marinha [riso] que conheciam o assunto, não é?

T.C. – Pegou mal.

¹⁸ A entrevistadora se refere à Comissão de Avaliação do Programa Nuclear Brasileiro.

¹⁹ O entrevistado se refere a José Israel Vargas, presidente da Comissão de Avaliação do Programa Nuclear Brasileiro.

²⁰ A entrevistadora se refere à Coordenadoria para Projetos Especiais da Marinha.

M.F. – Pegou mal.

T.C. – O senhor mencionou o Dr. Hervásio de Carvalho. Em relação ao Rex Nazaré ²¹, ele refletia essa postura de antipatia da CNEN, também, na sua impressão? Qual era a postura dele, pelo que o senhor percebeu?

M.F. – Não. Olha, pelo que eu conheci do Rex e a convivência que eu tive com ele, era positivo. Eu não diria que fosse muito de cooperação, mas era simpático ao desenvolvimento [inaudível]. Houve até um episódio triste em que aproximou, muito, o Rex da Marinha, que foi um incidente lá, em Goiânia, em que o hospital, no Brasil, adequado para receber aquela gente era o Marcílio Dias. Aí o Rex trazia aquele pessoal afetado para Marcílio Dias.

E.M. – Como era a sua interação com a equipe da área nuclear que o Collor nomeou? O presidente Santana²² da CNEN, o ministro Pedro Paulo...

M.F. – Com a CNEN, absoluto alienamento. Não tomávamos conhecimento. Eles não queriam saber de nós, e nós não dávamos atenção a eles. O que está errado, a CNEN é um órgão adequado para controlar o todo nuclear do Brasil, mas não havia alinhamento. De fato, aparentava: Eu não quero saber de vocês. Uma coisa assim. Agora, com o Pedro Paulo era muito amistoso, nunca tivemos problema. Diga-se de passagem, que ele era relativamente... Eu não diria despreparado, ele não tinha um background para [ser aquilo ²³]; e quando havia um problema dessa natureza, ele ia comigo, lá, para saber... [riso]

T.C. – Ele não tinha opção.

M.F. – É. Ele ia, lá, conversar comigo, “o que o senhor acha e tal.” Eu tinha a idade do pai dele, provavelmente. [riso] Com o Pedro Paulo, não houve problema.

E.M. – A CNEN, ela assume um papel de liderança, nesse período, com relação à coordenação com a Argentina e as visitas técnicas, ou isso é tratado no âmbito MRE²⁴?

M.F. Não. É mais no MRE ²⁵. Se bem que a execução é da CNEN, não é?

²¹ Rex Nazaré Alves, nascido no Estado do Rio de Janeiro em 1 de janeiro de 1938. É um professor e físico nuclear brasileiro.

²² O entrevistador se refere a José Luiz Santana.

²³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

²⁴ O entrevistador se refere ao Ministério das Relações Exteriores.

²⁵ Ministério das Relações Exteriores.

E.M. – Claro. Outra coisa que está um pouco turva é a relação externa, a natureza das pressões externas, na área nuclear, nesse período. O senhor tinha uma rede de adidos internacionais que o informavam e mantinham, então, alguns canais... Era um dos ministros que mantinha alguns canais no exterior. Existia alguma comunicação nesse sentido? Ou com seus adidos; ou direto, por exemplo, com a Marinha americana; ou com outras marinhas com quem vocês cooperavam.

M.F. – Não. Direto com as marinhas, não. Isso era inviável.

E.M. – Por quê?

M.F. – Os adidos mantinham um relacionamento aos poucos, porque têm países, aí, em que isso era absolutamente indiferente. Mas, fundamentalmente, Estados Unidos, Argentina e talvez um, ou outro, país europeu havia uma troca de informações amistosas - sem problemas.

E.M. – O que é complicado de entender é o seguinte: Existem, basicamente, duas grandes interpretações sobre esse ponto, uma é que a abertura do programa nuclear foi uma coisa lenta, gradual e segura, feita de dentro do governo; uma iniciativa que partiu das próprias autoridades do programa – o presidente e seus ministros. A outra é hipótese da pressão externa, a pressão americana, ou da pressão européia, da pressão das agências internacionais, do regime internacional de não-proliferação que se misturava com as negociações da dívida brasileira e esse tipo de coisa. Então, são duas hipóteses que existem. Como...

M.F. – Tanto quanto eu possa ter percebido, essa interferência externa, se houve, foi muito pequena e inexpressiva. Existiu, realmente, uma vontade política, no Brasil e na Argentina, representadas pelo Alfonsín e pelo Sarney, de acabar com esses ressentimentos que vêm de Portugal e Espanha, não é? [risos] E haviam sido inflacionados pelo episódio de Itaipu e Corpus, que foi horrível. Então, em minha opinião, pelo que sei o problema não houve interferência externa – pressões externas. O sigilo já tinha acabado - já não havia mais sigilo – e os Estados Unidos sabia, exatamente, o que estava sendo feito. Eu suponho que os argentinos sabiam, também, o que estava sendo feito; e suponho que lá, na Europa, sabiam também, mas sem muito interesse. [risos]

T.C. – O senhor acha que isso pode ter sido motivado - ou o que pode ter dado suporte a essa diplomacia Sarney-Alfonsín - o medo, talvez, que os dois presidentes tivessem de

que, nos seus países, houvesse militares que ainda poderiam querer retornar ao poder, e retomar o programa bélico? Para acalmar atores internos.

M.F. – A questão de retomar o poder, no que concerne ao Brasil, é ruído; mas a possibilidade de que os dois temessem que houvesse, nas Forças Armadas, pessoas tendentes a querer retomar o programa bélico, isso é possível que os tivesse influenciado. Mais o Alfonsín.

T.C. – Isso tinha fundamento, em sua opinião?

M.F. – Eu tenho a impressão de que, aí, é conjectura.

T.C. – Claro.

M.F. – Eu tenho a impressão de que isso influenciou sim. No caso do Brasil, não. O Sarney se dava muito bem com os militares e foi uma contingência até festiva, [risos] mas o Alfonsín não era não. Ele vivia aquela transição que, até hoje, não está resolvida. Eu imagino, conhecendo como eu cheguei a conhecer os argentinos, que ele temesse a possibilidade de que, até em razão dos ressentimentos decorrentes da Guerra das Malvinas e do fim abrupto do regime militar, houvesse gente que quisesse retomar o projeto bélico que existiu.

E.M. - Voltando, um pouco, da época em que o senhor foi adido - no final dos anos 1970 até o período em que o senhor foi ministro -, como foi a reaproximação da Marinha do Brasil com a Marinha argentina? Como se sai da rivalidade à cooperação?

M.F. – Isso é muito simples. As rivalidades nacionais, que sempre foram maiores na Argentina do que no Brasil... O povo brasileiro não está dando bola para negócio de argentino, mas o argentino dá – você senta em um taxi e ele dá uma paulada no Brasil, o imperialismo brasileiro etc. Mas isso, na Argentina, sempre foi mais forte. Só que não afetava tanto a Marinha, afetava mais o Exército. O Exército argentino é voltado para o Brasil e a Marinha argentina era voltada para o Chile. Lembre-se que, na mesma época em que nós tivemos em Itaipú-Corpus, tivemos Beagle; e a Marinha argentina só pensava no programa de Beagle, como depois passou a pensar no programa das Malvinas. O Brasil era secundário. Eu me lembro das conversas com os oficiais argentinos, eram até agradabilíssimos sobre as preocupações do Exército. Eu vou lhe dar um exemplo, que é um exemplo – vamos dizer assim – meio jocoso, eu fiz um passeio dirigindo o meu carro com a minha mulher pelo o interior da Argentina e, em Santa Fé, um tenente-coronel do Exército foi designado para me servir de anfitrião, ali, e ser simpático; levou-me para ver as coisas que valiam a pena ver lá, em Santa Fé, e me levou para ver o quartel dele, era

um batalhão de engenharia; e me mostrou um grupo de embarcações que eu, evidentemente, olhei e vi que eram destinadas a se fazer pontes de rio; francamente, eu não sei dizer se foi por querer ou sem querer, mas eu perguntei a ele: “Qual é a largura de rio que o senhor pode atravessar?” Ele disse: “O suficiente para atravessar o Rio Uruguai.” [risos]

T.C. – Que franqueza.

M.F. – Esse não tem habilidade nenhuma diplomática [risos]. Enfim, respondendo a sua pergunta, é provável que o Alfonsín, principalmente, temesse a volta de uma intenção de produzir arma nuclear, não é? Embora o Castro Madero fosse o almirante, na verdade a Marinha não tinha domínio nenhum sobre aquilo – aquilo era nacional. Veja bem, com o Brasil crescendo, de certa forma, em um ritmo ascensional bem maior do que a Argentina - porque depois do Perón ²⁶ teve uma meia marcha à ré e deu uma segurada -, ao contrário do passado, até os anos 1930, quando os argentinos tinham um desenvolvimento muito melhor... Até porque chegar à bomba atômica representava um salto na América do Sul [riso], porque seria uma coisa extraordinária. Então, é possível que existisse essa intenção recôndita, não divulgada e não ostensiva, mas a habilidade desses dois presidentes... Não foram muito hábeis em outras coisas, mas, nisso, houve habilidade para os dois fazerem isso e resolveram o assunto – cessou o problema. Agora, a sua pergunta sobre as relações da Marinha, eram ótimas. Quem se preocupava com o Brasil era o Exército, a Marinha argentina não se preocupava conosco de forma alguma.

E.M. – E o senhor se formou numa Marinha que se preocupava em atravessar o Uruguai, ou em nenhum momento?

M.F. – Não. Quando houve o episódio de Itaipu e Corpus, nós nos preocupamos – sem dúvida -, mas nos preocupamos numa forma de criar uma situação dissuasória, não chateie.

E.M. – Mesmo quando, no auge da rivalidade política - no início dos anos 1980 e final dos anos 1970 –, a Marinha comprava, ou construía, um submarino e planejava os seus próximos cinco anos, a Argentina não era a principal preocupação estratégica do Brasil. Isso é verdade?

²⁶ O entrevistado se refere a Juan Domingo Perón. Foi presidente da Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974.

M.F. – Não. Para a Marinha, não era; para o Exército, já começava a não ser, a Amazônia já teria um espaço maior; e a Aeronáutica, estava voando. [risos] Mesmo a Argentina – e, isso, eu tive a oportunidade de ver com razoável profundidade –, os projetos deles pensavam no Chile, não pensavam no Brasil.

E.M. – Nós temos algumas fontes que nos permitem começar a mapear uma série de acordos internacionais que o Brasil fez, na área nuclear, com a China, contatos com o Paquistão, contatos com a África do Sul, contatos com o Iraque e contatos com uma série de outros países. Quando o senhor assume o programa desenvolvido na Marinha - que era, possivelmente, o mais avançado tecnologicamente que havia então -, que tipo de cooperação internacional acontecia no âmbito desse programa?

M.F. – Não havia. Praticamente não havia. O que havia de internacional era um gargalo técnico, e tinha que fazer isso. E nós não tínhamos quem fizesse. O Othon, muito habilmente, escolhia o seu funcionário – ou militar, ou civil – adequado para aquilo e arranjava um curso no exterior em que ele aprendesse a fazer isso num bolo, com muitas outras coisas, em que não ficava patente a intenção.

T.C. – Não despertava a atenção.

M.F. – Não despertava a atenção objetiva nuclear. E ele foi quebrando o galho assim e foi construindo assim. Oficialmente, não havia cooperação estrangeira.

E.M. – Mas extra-oficialmente?

M.F. – Também não. Extra-oficialmente, o que havia realmente era não criar caso. [riso] Que eu saiba, nunca houve – nem antes e nem depois da minha parte ativa nisso – uma reação forte contra o programa conduzido pela Marinha.

E.M. – Entendo. Eu queria passar para a Argentina um pouco mais.

T.C. – Podemos passar.

E.M. – Eu queria voltar, um pouco, para quando o senhor foi adido, novamente. Que foi, na verdade, uma surpresa grata - de brinde [riso] - o senhor ser adido nessa época. Que tipo de instruções senhor recebia, em termos de coleta de informações e pedidos, do Brasil?

M.F. – Na parte nuclear, eu recebi instruções concretas do Estado-Maior da Armada de tentar, primeiro, ver em que pé estavam as coisas da energia nuclear na Argentina; e, fora isso, acompanhar o problema crítico que eles estavam vivendo... A Isabelita ²⁷ foi deposta

²⁷ O entrevistado se refere à María Estela Martínez, conhecida como Isabelita Perón.

em março do ano em que eu assumi, e eu assumi no fim do ano, em novembro ou dezembro. No caso, eu vivi aquele período horroroso em que se matavam uns aos outros, lá, adoidadamente. É uma coisa inverossímil no Brasil, acontecer aquilo. Eu acompanhei isso e prestava informações a respeito.

E.M. – O senhor recebia requerimentos do Conselho de Segurança, ou direto, sempre, com o EMA ²⁸?

M.F. – Não. Nunca recebi do Conselho de Segurança. Recebia do Estado-Maior da Armada. É possível que o Estado-Maior da Armada tivesse contato...

E.M. - Claro.

M.F. – Para mim, não.

E.M. – Entendo. Essa foi a mesma época em que o embaixador Castro Neves estava lá?

M.F. – Não. O embaixador era o... O segundo da embaixada, que era ativo – era forte na embaixada –, hoje, acho que está na ESG ²⁹. Era o... Qual é o nome dele? Esse está em certa evidência ainda hoje – um embaixador propriamente -, e não sei se já faleceu. A embaixada funciona bem. Esse pessoal do Itamaraty, eles são competentes. Funciona bem. [risos] Na verdade, a parte nuclear, propriamente, era mais comigo. A parte de [subversão ³⁰] e essa coisa, era – obviamente – o coronel. Naturalmente, o coronel. [risos] Que, aliás, eu não tinha o direito de entrar numa determinada sala do gabinete dele, lá [riso]; e o coronel da Aeronáutica [outro³¹]. Aliás, o segundo que eu peguei, lá, queria pilotar; então ele piruava ser co-piloto dos aviões da Força Aérea Argentina que fazia o correio aéreo, ele vivia pilotando lá. [riso] Mas o meu relacionamento com a Marinha Argentina, eu não posso lhe dizer nada, foi muito bom. Eu vou dar um exemplo, uma vez me pediram... Estavam reorganizando as comunicações na Marinha brasileira, e me pediram se eu podia ver como eram as comunicações na Marinha argentina, não com intenção outra que não fosse de aprender e ver como que era para tirar ensinamentos. Aí eu, “como é que eu vou saber isso?” Eu disse: “Ah”; rasguei a fantasia; fui ao Edifício Libertad, no comando da Marinha; procurei o capitão-de-mar-e-guerra, o encarregado dos

²⁸ O entrevistador se refere ao Estado-Maior da Armada.

²⁹ O entrevistado se refere a Escola Superior de Guerra.

³⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir.

³¹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

adidos, e disse: “Eu estou com este problema, o que eu faço?” Ele pegou um papel, olhou para cima e começou a desenhar. “É assim, assim e assim.” Mostrou para mim, segurando o papel, e falou: “Viu bem? Guardou?” Aí rasgou. [risos] Eu saí correndo para a embaixada para reproduzir aquilo.

T.C. – Ou seja, Itaipu não afetava as relações entre as Marinhas.

M.F. – Com a Marinha, propriamente, não. Agora, as relações em si eram diabólicas.

E.M. – É uma impressão que eu estou tendo, ou é um fato que o tipo de relação que o adido naval conduz com as outras Marinhas, ou tipo de informação que ele busca para reportar ao EMA, é muito diferente, às vezes, do tipo de relação que o adido do Exército... Distancia-se, muito, desse tipo de rivalidades políticas conjunturais.

M.F. – Eu creio que sim. Eu fui chefe do Estado-Maior da Armada, que tem a ver com todos os adidos, não é? E, depois, ministro. Basicamente, as informações que vêm dos adidos navais têm a ver com as Marinhas, ou com assuntos marítimos. Às vezes são questões de Marinha Mercante, portos, dificuldades; mas, raramente, alguma coisa – a não ser muito importante - que afetasse relações fortes. Eu me lembro de uma vez do adido naval do Paraguai - que era, aliás, um fuzileiro naval – dizendo que tinha sido chamado por uma autoridade paraguaia para reclamar que a base naval de Ladário... Um sargento lá, da base naval de Ladário, tripulando uma lancha de patrulha, aprisionou um contrabando que vinha do Paraguai e ele estava furioso com aquilo. [risos]

T.C. – Queria liberar.

M.F. – Coisas secundárias. Nada importa, agora. No Exército, não. Os dois oficiais do Exército que eu peguei em Buenos Aires, no tempo em que eu fiquei lá, estavam com a cabeça voltada para questões internas. Eu vou dar um exemplo, a preocupação com a vida do Brizola no Uruguai. Eu era acumulável, eu era na Argentina e no Uruguai; e ia com frequência ao Uruguai, uma vez por mês eu ia ao Uruguai. E ele queria, sempre, que eu procurasse saber da vida do... Eu disse: “Eu vou lá saber da vida do Brizola no Uruguai.” [riso]

E.M. – Entendi. Esse tipo de informação que chega ao EMA, ela é secundária, no contexto da Marinha pensar estratégias de longo prazo?

M.F. – É levada em consideração sim, mas é levada em consideração...

E.M. – Mas não é o instrumento principal que a Marinha tem de recolher informações.

M.F. – Não é o principal. Não é.

E.M. – Entendi. Eu queria falar, um pouco, das Malvinas. As Malvinas, não só pela guerra, mas pelas consequências militares que ela teve, encorajou se repensar estratégias militares em vários países – inclusive no Brasil. Como foi o impacto? Qual foi o impacto da Guerra das Malvinas, estrategicamente, para o Brasil, e principalmente para a Marinha?

M.F. – Olha, não foi profundo não. A Marinha não mudou a sua linha por causa das Malvinas. Havíamos, ao longo de muitos anos, desenvolvendo um projeto de renovação dos meios da Marinha que cobria as dificuldades que a Argentina viveu nas Malvinas. Mais, fundamentalmente, ter submarinos. Pense bem, se a Argentina tivesse uma meia dúzia de bons submarinos operacionais – mesmo de propulsão convencional –, o problema inglês se complicaria muito, porque poriam em risco aqueles transportes de tropa. Imagine se um submarino argentino torpedeasse um navio com mil soldados dentro? A Margaret Thatcher cairia. [riso] A guerra não era simpática aos ingleses. Então, fundamentalmente, o que se viu com as Malvinas é que, para um tipo de ameaça - como era uma potência grande -, o problema era o submarino.

E.M. – Isso avança a preocupação brasileira com submarino nuclear? O que isso faz?

M.F. – Não. A intenção do submarino nuclear já existia antes. A Guerra das Malvinas foi em 1982 - eu acho -, e a nossa intenção de construir um submarino nuclear havia sido tomada no fim do ano de 1978.

E.M. – Mas isso dá momentum?

M.F. – Não alterou. A Guerra das Malvinas não afetou, muito, a Marinha. Nessa época, eu era... Como eu disse antes, estava vivendo a fase de embarcações. [riso] Estava vivendo a fase de comando de forças, e não vivia muito esse problema. Mas, depois, retomei como diretor do material e chefe do Estado-Maior. Não havia diferenças. Havia diferenças, por exemplo, quando começou a haver uma preocupação crescente com o problema da Amazônia; o que, antes - no meu tempo de tenente, eu servi na Amazônia - era um desterro.

E.M. – Qual era a preocupação antes da Amazônia?

M.F. – Ah, era a Guerra Fria.

E.M. – Era a patrulha do tráfego marítimo...

M.F. – A minha geração herdou o espírito da II Guerra Mundial. O que cabia à Marinha na II Guerra Mundial? Era a proteção de submarinos no tráfego marítimo; e numa hipótese de guerra com a União Soviética que não fosse nuclear – se fosse nuclear, o

parâmetro era outro –, o papel da Marinha brasileira seria, normalmente, a proteção de tráfego marítimo aqui, perto do Brasil, ou até a África. A minha geração, viveu isso. Começou a mudar - e aí eu poderia dar um pouco de razão à sua pergunta – no fim dos anos 1980 e 1990, talvez porque o Brasil começou a ter uma dimensão internacional mais sensível, começou a mudar no sentido de nos preocuparmos com uma hipótese de agressão ao Brasil por uma potência maior – como aconteceu. Na verdade, aconteceu provocada porque quem provocou as Malvinas foi a Argentina. [riso] Então, a idéia de melhorar a força dos submarinos, é dessa época. A arma dissuasória, contra uma grande potência, é um submarino. Nós não podemos pretender fazer face... Os Estados Unidos tem submarinos, e coisa alguma... [risos] Mas, de qualquer maneira, há o que pensar no submarino como uma arma adequada para um processo dissuasório. Eu lhe digo: Hoje, conversando com os colegas que estão em atividade e tomando conta dessas coisas, a preocupação com a Argentina é mínima. Simplesmente não pode ser descartada porque existe, [riso] o país existe. Agora, preocupação objetiva não existe; e com razão... Aliás, é uma coisa curiosa. Na época da crise de Itaipu e Corpus que começou o exercício fraterno, que é um exercício binacional, Brasil e Argentina, das Marinhas. Começou na crise de Itaipu e Corpus.

E.M. – Independentemente.

M.F. – Independente. E o nome é sugestivo, fraterno – existe até hoje. Atualmente muito prejudicado porque a situação orçamentária militar da Argentina é catastrófica. Então, mandam um navio e não têm condições de mandarem dois. É horrível.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

E.M. – Nós estávamos terminando de falar de Malvinas e eu ia perguntar para o senhor, o que faltava no governo Collor - quando começa o governo Collor - para a Marinha poder ter um submarino nuclear? O que faltava no projeto?

M.F. – Nós ainda estávamos... Como eu lhe disse, nós já tínhamos chegado ao sucesso no enriquecimento do urânio por ultracentrífuga. Estávamos melhorando tecnicamente as ultracentrífugas, que hoje concorrem com as melhores da Europa – são muito boas, e há quem diga até que são melhores, mas isso eu não sei avaliar –, mas estávamos a zero no que concerne à transformação do yellowcake em hexafluoreto. Não tínhamos nada. Tínhamos o início da construção civil, das obras da instalação que foi inaugurada no

governo do presidente Lula; e já havia, porque isso já era dominado antes, a transformação do urânio enriquecido em pastilhas – isso já existia.

T.C. – O elemento combustível.

M.F. – É. O elemento combustível. Mas estava a zero o desenvolvimento do reator. Nós começamos a pensar no reator nessa época; e, aí, cria-se um problema: Até então, apesar da demagogia de vereadores de Sorocaba, e não sei o quê, que temiam a radioatividade, até então não havia radioatividade, simplesmente não existia - era zero, era radioatividade da natureza -, mas, uma vez construído um reator, há risco. É lógico que será um reator de baixa potência, um reator compacto, mas passa-se a haver risco; e isso exige muito mais cuidado. Eu me lembro, quando eu era ministro da Marinha, não sei em que pé está hoje, começou-se a projetar o que seria um reator de dimensão adequada para um submarino - obviamente, tem que ser um submarino compacto. Estava nesse pé, mas com os cortes orçamentários, como lhe disse, ficou meio vegetativo - não se deu o passo adiante -, mas a intenção era dar... Era bom até ouvir alguém mais recente e saber em que pé está essa questão do reator. Eu não posso lhe dizer em que pé está. Mas isso já tem vinte anos, ou dezoito, é possível que já exista alguma coisa. Certamente ainda não existe o reator funcionando, isso ainda não existe.

T.C. – Ou seja, essas restrições de recursos fizeram com que o foco da Marinha ficasse no Projeto Ciclone - dos três projetos, o Ciclone, do Chalana.

M.F. – É. Do enriquecimento. No ciclo de combustível propriamente.

T.C. – No ciclo do combustível.

M.F. – O submarino em si, ou a própria unidade naval, não era objeto, ainda, de consideração. Aliás, passou a ser recentemente, há uns cinco anos atrás, com essa aproximação com a França; porque, aí, escolheu-se um submarino discutível até sobre o ponto de vista de submarino convencional, mas um submarino adequado a ser adaptado para nuclear.

T.C. – Esses são submarinos [inaudível].

M.F. – [inaudível] Francês.

T.C. – O senhor menciona que a pesquisa... Quer dizer, o projeto da Marinha no que diz respeito à construção do reator com as dimensões necessárias para o projeto submarino de propulsão nuclear estavam bem atrasados. Esse atraso contribuiu de alguma forma? Estou só pensando porque a Argentina sempre foi mais desenvolvida na fabricação de

reatores, não sei se em dimensões reduzidas. Isso motivou a alguma cooperação nessa área, mesmo em nível científico ou de pesquisa?

M.F. – Francamente, eu não sei. Agora, a Argentina... Há um detalhe técnico sobre o qual eu não posso falar, porque eu vou correr o risco de dizer bobagem, mas [riso] as usinas nucleares argentinas são de urânio natural e água pesada.

T.C. – Sim.

M.F. – E o nosso é muito mais complexo, muito mais difícil; e, para submarino, não pode ser o caminho argentino porque dimensão é imensa – muito maior.

T.C. – Quer dizer, a vantagem deles, na parte de reatores, não se aplicava para o...

M.F. – Não se aplicava ao submarino.

E.M. – De onde vinha o projeto do submarino nuclear, quais são as origens?

M.F. – Isso, eu posso dizer. [riso] Quando eu voltei de Buenos Aires, eu fui nomeado subchefe de estratégias do Estado-Maior da Armada e, em seguida, fui promovido a contra-almirante dias depois. Na subchefia de estratégias estava, lá, há meses para análise um programa nuclear com vários projetos do almirante Othon³² – então comandante, eu não sei se fragata ou mar-e-guerra - que havia estudado engenharia nuclear nos Estados Unidos e que propunha um programa que levaria a um submarino de propulsão nuclear no Brasil. Não entrava em cogitações de natureza estratégica, até porque ele era engenheiro e se guardava mais, e mostrava a viabilidade de se chegar a esse projeto – isso me coube alisar. A minha opinião foi favorável, eu levei ao chefe de Estado-Maior da Armada e - eu não esqueço - no dia 27 de dezembro de 1978, houve uma reunião dos quatro estrelas da Marinha, o almirantado, para... A agenda era o submarino nuclear. Coube a mim dissertar sobre o programa do Othon, sem dar palpites porque eu era contra-almirante. [risos] Todos eram quatro estrelas. Eu só podia dissertar sobre aquilo que estava no papel. Ocorreu a discussão. Houve restrições de natureza fundamentalmente financeiras, o que aquilo significaria para a Marinha e tal, mas houve um almirante que defendeu muito o projeto – que, com o Figueiredo, foi ser ministro da Marinha - o Maximiano Fonseca³³. Ele nem sabia que existia e, na hora, se surpreendeu. O Almirante

³² O entrevistado se refere ao almirante Othon Luiz Pinheiro, foi Diretor de Pesquisas de Reatores do Instituto de Pesquisa em Energia Nuclear.

³³ O entrevistado se refere a Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (1919 -1998).

[Carlos Auto de Andrade³⁴] que já faleceu; aliás, o Fonseca também. Acabou aprovado. O ministro Henning³⁵ levou, no dia seguinte, ao Geisel, de onde ele voltou com aquela instrução: “Façam, mas em segredo. Tudo em segredo para não incomodar o acordo com Alemanha.” Foi aí que surgiu a hipótese de submarino nuclear. Porque, no programa de reaparelhamento da Marinha, que data no início dos anos 1970 – eu não participei disso – havia uma menção à conveniência de submarinos e havia uma menção de, no futuro, ter um submarino nuclear e tal, mas nada concreto. Concreto foi isto, foi o projeto do Othon; que tem todo mérito a respeito. Ele quebrou as resistências e...

E.M. – O senhor conhecia o Othon?

M.F. – Antes não. Eu conheci depois e convivi com ele. [riso] Como diretor do material, uma vez por mês eu ia a São Paulo. Dormia até no hotelzinho que ele tinha, lá, para técnicos – técnicos de empresas que iam, lá, resolver problemas. Dormia lá, no hotelzinho dele; de manhã, ele me mostrava como é que estava; pegávamos um carro e íamos a Iperó. Eu fiz isso todo mês. Às vezes levava a minha mulher, ela ia fazer compras em São Paulo [risos] e eu ia para Iperó. [risos]

E.M. – Mas, então, o projeto nasce quando... Da volta do Othon dos Estados Unidos.

M.F. – Dos Estados Unidos. É.

E.M. – E por uma sugestão que ele faz ao EMA³⁶.

M.F. – Ao EMA. Muito bem feita.

E.M. – E, aí, a Marinha... Como se operacionaliza o início desse projeto? A Marinha cria...

M.F. – Não. Aí a Marinha o designa. Porque isso estava no projeto dele, a cooperação com a Aeronáutica. A Marinha o designa...

T.C. – Ele foi para São José dos Campos e morou lá.

M.F. – Ele foi. Ele e alguns que eram do grupo dele, que pensavam com ele, foram para São José dos Campos, onde constataram que não iriam chegar a nada. E uma coisa que o Othon conversou comigo mais de uma vez, ele temia – com razão – que o objetivo, então existente, de chegar à arma nuclear pudesse comprometer o desenvolvimento tecnológico para a Marinha. Quer dizer, abortaram. Vamos separar isso, deixar bem claro que não

³⁴ O mais próximo do que foi possível ouvir.

³⁵ O entrevistado se refere a Geraldo Azevedo Henning.

³⁶ O entrevistador se refere ao Estado Maior da Armada.

temos nada a ver com aquilo e partiu para a sua associação com a USP³⁷ e o IPEN. Eu acho que é nessa época, porque o IPEN foi criado como uma organização da USP - ele nasceu como um órgão da USP. Eu tenho a impressão de que foi nessa época – isso eu não tenho certeza, vocês podem até averiguar porque é interessante – que o IPEN passou para a Comissão Nacional de Energia Atômica e saiu da administração da USP. Ficou lá, dentro...

T.C. – Até muda de IEA³⁸ para IPEN. Tem uma mudança administrativa, do ponto de vista do...

M.F. – É. Passou a subordinar-se à Comissão Nacional, e só ficou no campus - dentro da área da USP.

E.M. - Nós temos alguns comentários já feitos sobre a participação do programa brasileiro na compra de peças no exterior, compra de blueprints junto a funcionários da Euratom³⁹, compra de consultoria...

T.C. – Necessários para a montagem das centrífugas.

M.F. – É provável. Eu não tenho certeza de em que intensidade disso ocorreu, mas sei que ocorreu. Houve até um episódio também engraçado, tinham que desenvolver no IPEN – uma exigência do IPEN – um equipamento de corte de chapas a laser com precisão micrométrica - imagine o que é isso - e isso era nos Estados Unidos. Compraram a peça, lá, só que o departamento de Estado-Maior [saiu de⁴⁰] dentro dos Estados Unidos. [riso] Estava lá, na Comissão naval – eu acho - guardada. O Othon mandou um oficial lá, que desmontou o equipamento e pegou o que interessava – porque o que interessava era uma coisa dentro de um equipamento. Pegou aquele negócio, colocou na bagagem e veio embora. [risos] Quando chegou a São Paulo, a Polícia Federal brasileira pegou o negócio. [risos] Resolveram a encrenca.

T.C. – Passar por eles nos Estados Unidos, e ser barrado aqui.

M.F. – Passou lá, e foi barrado aqui. Mas isso existia. A prática comum era mandar um oficial, ou engenheiro civil – seja lá em for –, para a organização estrangeira que continha

³⁷ O entrevistado se refere a Universidade de São Paulo.

³⁸ A entrevistadora se refere ao Instituto de Energia Atômica.

³⁹ O entrevistador se refere à European Atomic Energy Community.

⁴⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir.

o conhecimento e ele obtinha aquela coisa. Geralmente, obtinha até numa boa - sem ser espião -, mas tinha que fazer isso. O desenvolvimento da rotativa da centrífuga em fibra de carbono foi à custa de apoio de conhecimento estrangeiro. No caso, indivíduos que, simplesmente, sabiam lidar com esse material e que trabalhavam assalariados. Conhecimento estrangeiro, sem dúvidas. Também, nós não chegaríamos a nada se obedecêssemos rigorosamente às leis. [riso] Não chegaríamos a nada.

E.M. – Um comentário muito breve e que até dá fundamento a isso, no arquivo do embaixador Paulo Nogueira Baptista tem, ao final, quando se percebe que o programa nuclear – o acordo com a Alemanha por impeditivo da URENCO⁴¹... Quando se percebe que essa tecnologia não vai ser transferida, ela tem contato com oficiais da Holanda, passando – inclusive – e contornando a URENCO Holanda, e propondo uma cooperação. Até a primeira vez em que eu vi na documentação o termo “paralelo” sendo utilizado. Mas havia Paulo Nogueira Baptista, no caso dessa documentação específica.

E.M. – O senhor tinha contato com o pessoal da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Lutzenberger⁴², o Goldemberg⁴³?

M.F. – Não.

E.M. – Não existia nenhum tipo de cooperação com eles, ou com o CNPq⁴⁴?

M.F. – Nenhum.

E.M. – Entendi.

M.F. – O que é um erro, não é? O CNPq – hoje Ministério de Ciência e Tecnologia, eu não sei se na época havia – devia estar na proa disso. Simplesmente não havia contato nenhum.

E.M. – Eu queria fazer umas últimas perguntas sobre a SAE⁴⁵. Quando o senhor assume a SAE, um dos nossos entrevistados diz que SAE, sob o comando do Pedro Paulo, era – entre aspas – uma bagunça. Como era a SAE quando o senhor assume?

⁴¹ A entrevistadora se refere ao grupo que opera em uma área central da cadeia de fornecimento de combustível nuclear e está firmemente posicionado no estágio de enriquecimento.

⁴² O entrevistador se refere a José Antônio Lutzenberger.

⁴³ O entrevistador se refere a José Goldemberg.

⁴⁴ O entrevistador se refere ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

⁴⁵ O entrevistador se refere a Secretaria de Assuntos Estratégicos.

M.F. – Bom, eu recebi a SAE de um senhor que não era bagunceiro, o Eliezer Batista. O Pedro Paulo já tinha saído e o Eliezer Batista... O problema do Eliezer Batista é que ele estava direcionado para aquilo que era da cabeça dele, o desenvolvimento nacional, e ele estava tentando montar um projeto de desenvolvimento nacional grande baseado naquilo que ele chama de eixos de desenvolvimento, e não áreas de desenvolvimento. Estava em bom curso, bem adiantado, o levantamento ecológico-econômico do Brasil – de que não se fala hoje, mas o Eliezer tocou isso muito bem – só que a SAE, para fins positivos, se resumia a isso. Ele não queria saber da herança da SNI⁴⁶ e não queria saber de negócio nuclear, [riso] o negócio dele era o desenvolvimento do Brasil. Eu recebi assim: O presidente Itamar – eu me lembro que foi num sábado à tarde, numa reunião no Palácio do Planalto – determinou-me na frente de quem me sucedeu na Marinha, o almirante Serpa⁴⁷, e dos outros – eu creio que o ministro do Exército também –, que criasse a Secretaria de Inteligência, o que eu ainda retruquei. Eu me lembro de ter retrucado a ele que eu entendia até que existe em todos os países organizados - deve ter - mas que eu estava inteiramente por fora desse assunto, já que a minha carreira tinha sido feita na Marinha – consertador de navio velho etc. [risos] Essas coisas. Eu não tinha condições de fazer aquilo, mas ele insistiu e nós tentamos montar uma secretaria de inteligência, com limitações, limites – por exemplo, seria impositivo não investigar a vida privada - mas chegou ao fim do governo sem ter chegado... Na verdade, ele tem razão quando se queixou para o ministro da justiça de que eu estava segurando. Eu estava segurando. Porque eu não tinha certeza de que seria possível criar uma coisa contível. Porque nós íamos criar uma coisa fundamentada no espólio da SNI – tinha que ser.

E.M. – Os recursos humanos seriam os mesmos.

M.F. – Os recursos humanos, fundamentalmente... Se bem que eu cheguei a fazer um concurso, fiz um concurso público para a entrada e entraram quarenta pessoas, mas o fundamental seria a gente do velho SNI. Que traria ranços daquele... Não graves e tal, mas ranço.

T.C. – Havia risco de perder controle sobre essa...

⁴⁶ O entrevistado se refere ao Serviço Nacional de Informações

⁴⁷ O entrevistado se refere a Ivan da Silveira Serpa.

M.F. – O que acontece no mundo inteiro. Essas organizações adquirem o momento próprio delas, e a nossa SNI foi um caso. O Golbery⁴⁸, quando criou a SNI, não pensava que iria acontecer o que aconteceu, GESTAPO⁴⁹, SS⁵⁰ etc. [risos] Eu tentei tocar o projeto do Eliezer, porque eu também achei que era importante, e não encontrei respaldo no presidente - ele não me apoiou. Quem tentou me apoiar foi uma figura que desapareceu do cenário público e que era uma figura secundária, mas que compreendeu... Alexandre Stepanenco.

T.C. – Alex.

M.F. – Eu não sei se é Alexandre ou Alex Stepanenco. Ele, numa exposição que eu fiz, percebeu que aquilo – ele era de planejamento, eu acho – seria útil e tentou estimular; mas, mesmo ele sendo de Juiz de Fora, da corte de Juiz de Fora, [riso] não conseguiu estimular o Presidente para apoiar aquilo, e aquilo foi morrendo. A Secretaria de Inteligência, eu maneirei. Fomos tocando o assunto como trabalhos necessários de inteligência, mas não a criação da secretaria.

E.M. – Os recursos para o programa nuclear voltaram a partir desse período? O senhor teve algum tipo de...

M.F. – Não voltaram. Através da... No caso seria a secretaria, mas a secretaria não recebia notação orçamentária para isso. Mas eu, como secretário, incorporei nas preocupações da secretaria a energia nuclear. Aliás, o meu gabinete do Rio de Janeiro não era no antigo SNI, eu não queria o meu gabinete lá [risos], o meu gabinete no Rio de Janeiro era na Comissão Nacional de Energia Nuclear.

E.M. – Na CNEN.

M.F. – O gabinete do chefe-de-gabinete... Era despejado e eu tomava conta ali. Funcionava ali, no Botafogo...

T.C. – Ainda funciona em General Severiano.

M.F. – Era, ali, o meu gabinete no Rio de Janeiro. [riso]

T.C. – Ao mesmo tempo, os recursos da Marinha diminuem para o projeto nuclear quando o Ivan da Silveira Serpa baixa a prioridade.

⁴⁸ O entrevistado se refere a Golbery do Couto e Silva.

⁴⁹ O entrevistado se refere à polícia secreta da Alemanha nazista.

⁵⁰ O entrevistado se refere à Organização paramilitar do partido nazista e de Adolf Hitler.

M.F. – O Serpa baixou. O Serpa [riso] é da turma abaixo da minha, ele é tipicamente um reflexo daquilo que eu comentei da herança da II Guerra Mundial e da possível guerra com a União Soviética. Ele foi criado em contratorpedeiro, então a cabeça dele era anti-submarina, que era até um submarino nosso – brasileiro. [risos]

T.C. – Contra qualquer submarino [risos].

E.M. – Entendi. Então, nesse período, não existia nenhum tipo de interação com o presidente, ou com o Ministério da Marinha, no sentido de retomar programas nucleares? Ou do submarino nuclear...

M.F. – Não. O programa não foi sustado, mas continuou...

E.M. – Mas de dar impulso?

M.F. – Não. Não houve impulso. Houve até uma redução forte. Havia, também, um problema que eu nem sabia que existia de natureza pessoal – relacionamento pessoal – do almirante Serpa com o Othon - de coisas anteriores. Mas foi a época em que o Othon tinha sido transferido para a reserva, antes de eu ser ministro, e o ministro Sabóia⁵¹ o convocou para continuar na frente do projeto; o que eu mantive, lógico. Quando ele acabou o período da convocação, ele não foi reconvocado.

E.M. Por que ele não foi reconvocado?

M.F. – Eu tenho a impressão de que há alguma coisa de relacionamento dele com o Serpa, anterior; mas, também, nunca procurei saber não. O Othon, hoje, está... Olha, uma coisa que vale a pena chamar a atenção: Desde que eu pude emitir opinião a respeito disso, eu sempre defendi que a Marinha deveria levar a cabo o desenvolvimento do ciclo de combustível completo e, daí em diante, encarregar-se do reator e da máquina; mas transferir para a indústria – e, no caso, a adequada é a INB⁵² - o ciclo de combustível, porque ele serve às usinas nucleares e serviria à propulsão naval. Havia uma relutância na Marinha, uma espécie de ciúme funcional; [riso] que, aliás, é da cultura brasileira...

T.C. – E humana.

M.F. – Então, havia certa resistência dos almirantes a abrir isso para fora; mas, felizmente, isso aconteceu - eu acho que no tempo do presidente Fernando Henrique – e hoje a INB está crescendo ali, em Resende. E a instalação de ultracentrifugação da Marinha está, mais ou menos, estacionária porque vai caber a ela – em mais dia ou menos dia – fornecer

⁵¹ O entrevistado se refere a Henrique Sabóia.

⁵² O entrevistado se refere à Indústrias Nucleares do Brasil.

urânio enriquecido. Essa era a minha opinião, sempre foi. Uma vez dominado o ciclo, uma indústria – que na época podia ser a INB, ou outra qualquer... Eu nem sei se existia a INB na época, eu acho que existia.

T.C. – Era a Nuclei⁵³, que era uma subsidiária da área Nuclebrás⁵⁴; e nessa época...

M.F. – Tinha a Nuclep⁵⁵, também, e tinha não sei o quê.

T.C. – Sim.

M.F. – Podia ser isso, ou podia ser uma empresa privada instituída para isso; e que a Marinha seria um cliente – um comprador de urânio enriquecido. Eu continuo com essa idéia, por que a Marinha tem que enriquecer urânio? A Marinha tem que usar o urânio enriquecido.

T.C. – Mas ela seria, ao mesmo tempo, fabricante das centrífugas que iriam...

M.F. – Podia ser e podia não ser. Atualmente, está sendo porque não tem quem faça.

T.C. – Exatamente. Não tem a capacidade técnica para fazer.

M.F. – Mas, se alguém puder fazer, é melhor que a Marinha saia desse circuito e passe para o outro circuito, reator e máquina; e o navio.

T.C. – [inaudível] ficar, um pouco nessa parte. Qual foi a resistência, nessa época – anos 1990 -, ainda no Itamar, começa um processo de reformulação... Tem a extinção da Nuclebrás, em 1988, a reformulação das subsidiárias e a criação da INB. O senhor pode falar, um pouco, sobre essa relação Othon e INB? Possíveis resistências do almirante Othon em transferir essas centrífugas; a relação com o Roberto da Franca, que era o então presidente da INB e ficou cerca de dez anos no cargo. O senhor percebeu alguma resistência do Othon em transferir essas centrífugas?

M.F. – Não. Do Othon, não.

T.C. – Ou alguma vontade da INB de acelerar demais o processo.

M.F. – Havia resistência na Marinha, no almirantado.

T.C. – Na Marinha em geral.

⁵³ A entrevistadora se refere à Nuclebrás Enriquecimento Isotópico S.A.

⁵⁴ A entrevistadora se refere à Empresas Nucleares Brasileiras S/A.

⁵⁵ O entrevistado se refere a Nuclebrás Equipamentos Pesados.

M.F. – Em geral. Mas, especificamente, o Othon, com quem eu conversei mais de uma vez sobre a minha idéia de que, uma vez dominado o ciclo, a Marinha devia tirar o time e...

T.C. – Ele concordava com essa idéia?

M.F. – Ele concordava meio relutante, não é? Porque ele tinha certo orgulho daquilo.

T.C. – Porque era o projeto dele.

M.F. – O projeto dele, e tinha orgulho. Essa resistência não... Você comentou sobre o Vargas. É Israel, não é?

E.M. – Israel Vargas.

M.F. – Ele foi muito positivo nessa reformulação da Nuclebrás, a opinião dele foi a opinião decisiva no processo.

E.M. – O senhor estava na Comissão Afonso Arinos quando teve a CPI nuclear? A CPI de...

T.C. – A CPI de 1990.

E.M. – De 1990. Ou não?

M.F. – Não.

E.M. – O senhor já era ministro.

M.F. – Eu estive na Comissão Afonso Arinos que foi em 1987.

T.C. – A CPI do Paralelo, você diz⁵⁶?

E.M. – É. É de 1990? O senhor, depôs, na CPI?

M.F. – Não. Aliás, eu acho que depus na Câmara dos Deputados uma vez. Foi muito engraçado, mais uma coisa engraçada, não é? Já que... Não falemos em coisas... Eu prestei o meu depoimento, não houve problema nenhum; e, no período de perguntas, um jovem – bem jovem -, provavelmente estudante, me perguntou por que a Marinha queria bomba atômica; e eu me lembro que pensei assim: “Vou responder grosseiro, ou vou responder brincando?” Eu disse: “Não. Vou brincar.” “Eu peço que você deixe com o meu assistente uma forma de eu me comunicar com você, porque eu fui o primeiro almirante envolvido nesse projeto, fui diretor do Material da Marinha, chefe do projeto, fui chefe do Estado-Maior da Armada, ministro da Marinha e estou sabendo que a Marinha quer fazer bomba atômica por você. [risos] [inaudível] tenho que apurar. [risos]

E.M. – Entendi. Bom, eu esgotei o que tinha para perguntar.

⁵⁶ A entrevistadora dirige a pergunta ao outro entrevistador.

T.C. – Temos tempo para mais uma perguntinha?

M.F. – Pode.

T.C. – Só na época... Voltando à Comissão Afonso Arinos e a inclusão, na Constituição, do conceito de “explosões pacíficas” do... Voltando à pergunta, na Constituição de 1988 fica claro o compromisso do Brasil com o uso pacífico – ele se compromete à utilização de energia nuclear para fins pacíficos – tem algumas entrevistas que relatam que a definição desse termo “fins pacíficos”, na ocasião da Constituinte, teria sido comemorado por alguns setores que cogitavam, ainda hipoteticamente, a fabricação de um artefato. A idéia era de que isso deixava aberta a possibilidade ao se dizer “uso pacífico”. O senhor acompanhou a discussão em relação ao termo que iria constar na Constituição?

M.F. – Eu não acompanhei funcionalmente, de forma alguma, eu acompanhei na imprensa, acompanhei com interesse; e, de fato, destruir uma pedreira é fim pacífico, mas fazer a bomba atômica para destruir uma pedreira, ela está feita para fazer coisas piores - de modo que não é razoável. Agora, a expressão “fins pacíficos” gerou problemas bem mais tarde, bem depois. Gerou problema para nós, da Marinha, porque um submarino não é fim pacífico, não é? [risos] E nós queríamos a energia nuclear para propulsar um submarino. “Mas submarino não é fim pacífico.” “Nós prometemos que ele será comportado.” [risos].

T.C. – Esse será pacífico. Fechando agora, eu prometo, porque eu tinha me esquecido de perguntar. O conceito de “Amazônia Azul” em que medida ele legitima, ou ajuda, a retomada do projeto de submarinos de propulsão nuclear?

M.F. – Eu tenho, aí, uma opinião de pensador – eu sempre fui – de estratégia naval, de estratégia num modo geral. Eu escrevo sobre isso. Eu acho que tem muito pouco a ver, porque o problema do que se convencionou chamar de “Amazônia Azul” tem a ver com os recursos dessa região, e os recursos dessa região são protegidos por navios-patrolha – por embarcações menores. Dependendo de onde está, é lógico. Para que o Pré-Sal a trezentos quilômetros, se você precisa de um navio de razoável tamanho e tal? Não é para o submarino, um submarino não impede um terrorista de fazer uma sem-vergonhice ali. Então, acho que a Amazônia Azul, quando o ministro Jobim⁵⁷ vive as voltas com isso... Acho, sob um ponto de vista estratégico, que a Amazônia Azul não é a razão para um submarino nuclear. Um submarino nuclear é a razão - como eu disse - para dissuadir

⁵⁷ O entrevistado se refere a Nelson Jobim.

aventuras maiores que não têm a ver com a questão da Amazônia Azul. Para pegar pescueiro delinquente, você não precisa de submarino; aliás, o submarino só vai atrapalhar, não resolve o problema. [risos] Para pegar terrorista numa plataforma de petróleo, o submarino é inútil; melhor ter uma lancha com um fuzileiro naval.

[E.N.⁵⁸] – Quem se tinha em mente, na década de 1970 e início dos anos 1980, quando se pensava em guerra assimétrica? Se vir uma invasão de alguma potência estrangeira, em quem se pensava? Não era os Estados Unidos, porque o senhor já falou que, contra a potência americana, não é...

M.F. – Seria inútil.

E.N. – Seria inútil. [riso] Mas, concretamente, quem?

M.F. – Não. Não havia. A verdade – isso não é para esse seu seminário, é para outro seminário – a questão da estratégia de defesa nacional tem que ser reformulada, porque você raciocinar com o preparo de defesa nacional sem ter em mente o tipo de ameaça que pode haver, é difícil; não é? Eu digo, nós precisamos ter submarinos porque... Eu não sei se daqui... Hoje não tem, mas daqui há vinte, trinta ou quarenta anos nós venhamos a ter um problema de ameaça de uma grande potência, seja lá qual for. Até o próprio Estados Unidos; ou, quem sabe, a China. [risos] No curto prazo, o problema não é esse, o problema é... A fronteira, chamada fronteira marítima, é fundamentalmente patrulha. É fazer cumprir a lei nacional, e internacional, que o Brasil respeita. Mesmo as fronteiras terrestres não há... É inverossímil em curto prazo – eu não sei se daqui há vinte, ou trinta anos – uma ameaça de estado. Agora, ameaça irregular, existe; essa não há dúvida de que existe, e está a toda hora. Então, que tipo de força armada nós precisamos para esse tipo de ameaça? Isso tem que ser posto em discussão. Proponham, aí, uma discussão dessa e, se eu ainda estiver vivo, estou às ordens para depor. [risos]

[FINAL DO ARQUIVO 2]

2ª Entrevista: 30/05/2011

M.S. – Almirante, a gente queria começar a entrevista de hoje voltando à década de 1970, durante o período do senhor como adido naval em Buenos Aires. Um dos grandes temas... Talvez o principal tema, na época, fosse a questão do uso compartilhado de rios

⁵⁸ Entrevistador não reconhecido. Pergunta de um provável estagiário.

internacionais, não é? Especificamente a questão Corpus e Itaipu. A gente queria ouvir, um pouco, o senhor sobre isso, especificamente o grau e medida em que esse tema maculou as relações bilaterais. Até que ponto isso produziu suspeita mútua no Itamaraty e no San Martín⁵⁹? A gente sempre sabe que houve, mas até que ponto isso maculou a relação entre militares dos dois países?

M.F. – Eu vivi, exatamente, essa época – o ápice desse problema – como adido naval na Argentina. Eu assumi em novembro de 1976 até novembro de 1978, que foi o período em que o acontecimento entre Itaipu e Corpus esteve mais em evidência. Eu vou dividir em duas partes: uma é a questão específica que você se referiu, que é a questão militar e estratégica; e a outra é a questão que eu pude presenciar que é a visão argentina - o povo argentino - do problema. Eu vou falar primeiro sobre essa que é mais curta. Ao contrário do que eu queria no Brasil, porque o povo não estava tomando conhecimento do que aconteceu entre Itaipu e Corpus... O problema das cotas, não é? Corpus é a jusante. Se subisse a cota de Corpus, diminuía o potencial de Itaipu. O povo brasileiro não estava tomando conhecimento disso; evidentemente que os setores envolvidos no problema estavam, é lógico – energia elétrica etc. -, mas o povo em si não. Nem a imprensa dava muita atenção a isso. Na Argentina, era dramática a atenção. Os jornais argentinos que eu lia diariamente - La Nación, Clarín -, o tema fundamental... Não era exatamente fundamental porque compartilhava com o problema de [inaudível] com o Chile [riso], era simultâneo, mas era um problema presente no diário; e o povo argentino se envolvendo. Lembrando-me da minha viagem de taxi, agora, eu sentava num taxi argentino e o chofer, para saber se era brasileiro, começava a atacar o problema de Itaipu. O Chofer de taxi brasileiro não sabia nem onde ficava o rio Paraná, quanto mais o problema de Itaipu e Corpus. Aquilo era presente. E os artigos publicados na imprensa eram artigos hostis, eu me recordo - e o que me chamou muito a atenção - de artigo assinado por um almirante que foi vice-presidente do general que derrubou o Perón⁶⁰, o... Em cinquenta e pouco o Perón foi derrubado, não é? Isso foi um golpe militar; e o vice-presidente era um almirante que tinha sido adido naval no Rio de Janeiro – eu lembro o nome dele de repetente. Esse

⁵⁹ O entrevistador se refere ao Ministério das Relações Exteriores

⁶⁰ O entrevistado se refere a Juan Domingo Perón. Foi presidente da Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974.

senhor, já bem idoso na época - ele já era almirante na derrubada do Perón, em cinquenta e pouco, imagino – escrevia na revista que, suponho, corresponde à nossa Veja, chamava-se Visión; eu não sei se existe...

M.S. – Não existe mais, mas existia.

M.F. – Ele escrevia periodicamente na Visión e os artigos dele terminavam com a frase em latim que Itaipu é caso de guerra, “Itaipu é...”

M.S. – *Casus Belli*.

M.F. – Era a palavra final do artigo dele. E houve um artigo que me chamou a atenção, em que ele descia um detalhe estapafúrdio para um artigo de imprensa, preconizando um bombardeio aéreo das instalações elétricas porque não convinha bombardear a barragem. Primeiro, porque a barragem resiste às bombas convencionais; segundo, porque, se houvesse avaria na barragem, quem iria sofrer eram as províncias argentinas da jusante. Quer dizer, isso é o fim do mundo. No Brasil, não havia nada disso, ninguém...

M.S. – Oscar Camilión reporta nas memórias dele que em 1977, quando ele assume a embaixada em Brasília, o adido naval dele tinha um plano, também, para o bombardeio da obra de Itaipu. Ou seja, antes da construção. Então, faz sentido.

M.F. – O Camilión, com quem eu aprendi muito sobre a Argentina quando eu me preparei para ser adido naval... Eu me lembro que vi várias pessoas, Hélio Jaguaribe... Só que o Oscar Camilión marcava onze horas da noite, coisa de diplomata, [risos] e ficava até três horas da manhã ouvindo o Camilión lá, na casa dele, em Brasília. Ele não compartilhava com essa animosidade.

M.S. – Então, quem compartilhava da animosidade? Porque, quando a gente conversa com os militares, a maioria dos ilustrados diz que isso não... “A gente se conhecia, se frequentava e tinha uma rivalidade histórica muito profunda, mas, na hora do vamos ver, os militares conversavam.”

M.F. – Na Marinha não tinha animosidade nenhuma.

M.S. – Então, onde estava a animosidade?

M.F. – O Exército tinha alguma sim – havia - o que é natural. Se você raciocinar com o problema que a Argentina vivia na época, que era um tríplice problema, um problema interno, Beagle⁶¹, Itaipu e Corpus. Para a Marinha o que interessava era Beagle, porque era um problema essencialmente naval, principalmente naval; para o Exército não, Beagle

⁶¹ O entrevistado se refere ao Canal de Beagle, região que divide a Argentina e o Chile.

[inaudível] é coisa para a Marinha. [riso] O Exército se interessava... Eu acho que comentei até, aqui, a título de brincadeira [inaudível], sobre uma visita que eu fiz turisticamente com a minha mulher pelo interior da Argentina, Santa Fé, e um tenente-coronel do Exército argentino - lá não tem Marinha, em Santa Fé – me servia de uma espécie de hospedeiro, anfitrião e tal; me levou para conhecer tudo o que valia a pena conhecer, Santa Fé e Paraná ,que era do outro lado do rio; e me convidou para ir ao quartel dele. Eu, por delicadeza, deixei a minha mulher em não sei onde, no hotel, [riso] e fui com ele ao quartel, era um quartel de engenharia militar. Ele me mostrou uma ponte móvel, e eu, a título de querer ser simpático, perguntei: “Qual é a largura do rio que vocês podem atravessar com essa ponte?” “O suficiente para atravessar o Rio Uruguai.” Foi a resposta que ele me deu. Quer dizer, do outro lado do Rio Uruguai está o Brasil. [risos] Então, no Exército havia um pouco de preocupação. Não era hostil, não havia uma... A Marinha não tinha nenhuma. Os militares da Marinha, com quem nós conversávamos sobre isso, achavam engraçado o assunto. A diplomacia argentina era bastante hostil. Eu me recordo de uma reunião que presenciei... Que, aliás, é uma pessoa que vocês podiam ouvir sobre isso porque sabe muito - o segundo da embaixada - era o filho daquele Côrtes⁶² que foi chefe de polícia [como⁶³] o Carlos Lacerda aqui, no Rio – eu tenho a impressão que ele, atualmente, é professor... Ele está aposentado, evidentemente, mas era professor da ESG⁶⁴, Marcos Côrtes.

M.S. – Marcos Côrtes?

M.F. - Acho que é Marcos Côrtes. Ele era o ministro-conselheiro da embaixada brasileira em... Ele conduzia o problema, não embaixador – era meio omissor. Era um bom senhor, uma pessoa agradável...

M.S. – O embaixador, nesse momento, era o Pinheiro⁶⁵?

M.F. – Não. Era o... Um baixinho e gordinho, como era o nome dele? [silêncio] A cabeça já não... Mas isso, facilmente, pode-se averiguar.

M.S. – Isso é fácil.

⁶² O entrevistado se refere a Geraldo Menezes Côrtes

⁶³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁶⁴ O entrevistado se refere à Escola Superior de Guerra.

⁶⁵ O entrevistador se refere a Samuel Pinheiro Guimarães.

M.F. – O Marcos era o segundo, e era ativo. Eu participei *modus in rebus*, eu estava sentado à mesa de uma reunião em que a hostilidade entre o corpo diplomático argentino em relação à Itaipu era de uma violência, e o Marcos Côrtes enfrentou essa gente de uma maneira bastante... Seria bom ouvi-lo.

M.S. – Vamos procurá-lo.

M.F. – Eu tenho a impressão que ele, atualmente, é professor da ESG. Mas isso no concerne propriamente à questão - vamos dizer - civil. Na área militar, aí a coisa é diferente. Não a Marinha argentina em si, mas as manifestações assinadas por oficiais sobre a questão Itaipu e Corpus levavam a uma preocupação brasileira de que aquilo poderia vir a representar algum risco. Eu vou dissertar, um pouco, sobre uma coisa que não é exatamente objetiva - talvez seja -, especificamente a Marinha que evidentemente eu conheço bem: A Marinha tinha vivido a Segunda Guerra Mundial e o pós-Segunda Guerra Mundial sobre a égide da preocupação - que havia sido a preocupação da Segunda Guerra Mundial – antissubmarina. No caso da guerra, a Alemanha; e depois da guerra, a União Soviética no sentido da Guerra Fria. A minha geração, a geração anterior e a geração posterior viveram antissubmarino. Quer dizer, só pensavam em submarino. Com isso, com problema de Itaipu e Corpus, começou a aparecer... A Argentina não seria uma ameaça submarina, mas poderia ser uma ameaça clássica, de navios de superfície. Começou a mudar essa posição, a Marinha começou a pensar em não ser tão antissubmarina e passar a olhar, também, outras versões de ameaça naval por causa de Itaipu e Corpus. Isso não há dúvidas. Foi a razão fundamental da mudança de rumo. Não deixou de se preocupar com o antissubmarino, mas passou a se preocupar... Eu vou lhe dar uma razão concreta: No contexto da Guerra Fria, os países mundo afora... Na América, assinaram aqueles acordos de assistência mútua com os Estados Unidos. O Brasil assinou, evidentemente, e funcionou até o Geisel, não é? Foi quem o anulou. Argentina também, Chile, Peru. Todos assinaram. Por esse acordo, os Estados Unidos resistia à compra, pelo Brasil e Argentina, de porta-aviões alegando uma coisa que, sobre o ponto de vista da ameaça submarina soviética, eles tinham razão, nós íamos fazer patrulha costeira e para a patrulha costeira não precisa de porta-aviões – voa de terra. Os Estados Unidos tinha razão. Brasil e Argentina compraram porta-aviões bem similares. Só que o Brasil comprou uns aviões americanos antissubmarino, os Tracker, que voaram

trinta anos do Minas Gerais⁶⁶; e o argentino comprou um Alfa 4, que é um avião de ataque e não tem nenhum sentido antissubmarino - para a guerra submarina, aquele avião de ataque não tem sentido. Por que a Argentina optou pelo Alfa 4? Bom, a idéia fundamental é o Chile, a preocupação com o Chile, mas preocupou o Brasil - no episódio de Itaipu e Corpus - porque era um navio, uma força naval, que podia vir a incomodar...

M.S. – O senhor se lembra em que ano foi a compra argentina? O senhor estava lá?

M.F. – Não. Foi bem anterior.

M.S. – Foi antes.

E.M. – Na década de 1950.

M.F. – Foi na década de 1950. Foi bem anterior. Eu era um jovem sem muita tenência, nessa época. [risos] Eu só queria saber de consertar máquinas do meu navio. [risos]

M.S. – Entendi. Existe uma interpretação que diz que parte da solução para a questão de Corpus e Itaipu naturalmente se explica pela chegada do governo Figueiredo e o ímpeto que o Saraiva Guerreiro⁶⁷ dá à negociação, e a coisa se destrava; mas existe uma interpretação que diz que parte do motivo pelo qual a coisa não ficou mais quente e pior, ainda durante o governo Geisel, é porque haveria uma diplomacia militar paralela que abaixava o fogo. Isso faz sentido?

M.F. – Existia sim. Eu não vou dizer militar, mas, por exemplo, no caso da Marinha - em que eu participei - a nossa tendência era abaixar o fogo de uma maneira forte.

M.S. – O senhor se lembra se o [inaudível] vinha ao Brasil para ter conversas sobre esse tema?

M.F. - Eu sei que vinha. Eu não posso afirmar se era sobre esse tema, mas eu sei que o almirante argentino que era membro da junta vinha ao Brasil com frequência, era o Massera.

M.S. – Emilio Massera.

M.F. – O Massera vinha ao Brasil com frequência.

M.S. – O senhor chegou a encontrar com ele?

⁶⁶ O entrevistado se refere ao porta-aviões brasileiro.

⁶⁷ O entrevistador se refere ao ministro das Relações Exteriores do Brasil durante o governo João Figueiredo.

M.F. – As más línguas dizem que ele tinha uma amante aqui, no Rio de Janeiro. [risos]
Mas não entremos nesse detalhe.

M.S. – O que é plausível, porque ele vinha muito. A gente tem as datas em que ele vinha ao Brasil.

M.F. – E nós achávamos que ele vinha conversar, não como oficial de Marinha, mas como membro da junta sobre esse...

M.S. – Mas não era oficial, a visita?

M.F. – Não. Nunca era. Bom, eu tenho a opinião – isso, sim, eu gostaria que ficasse consignado aí – peço que entendam que é um tanto pessoal...

M.S. – Claro. Por favor.

M.F. – Eu acho que, no Brasil, o tema Itaipu e Corpus foi estimulado pelo presidente Geisel, que provavelmente sabia que aquilo iria ser arrumado, mas foi estimulado porque ele teve a intenção de reduzir o regime militar - enfim, de começar a abrir para uma futura democracia – e encontrava no Exército uma resistência a isso. Aquele Sylvio Frota⁶⁸, que chegou a ser demitido e toda a [inaudível] dele. O segundo adido do Exército que eu peguei em Buenos Aires, um coronel, era completamente envolvido na questão interna. Em minha opinião - eu já comentei isso com algumas pessoas que acharam isso plausível - o Geisel, inteligentemente, não inventou, mas deixou que tomasse dimensão preocupante, o problema, porque aí os generais vão ficar preocupados com a Argentina em vez de impedir a redemocratização do país. Isso é possível, e teria dado certo porque ele desviou, durante algum tempo, o então EMFA⁶⁹. Eu não sei o quanto vocês sabem a respeito, mas funcionou em termos, e entre outras coisas, num projeto de defesa em relação à Argentina. Eu mesmo, como capitão-de-mar-e-guerra, servi no Estado-Maior da Armada e participei de muitas reuniões. Ainda é vivo - embora já bem idoso - o vice-chefe do EMFA, na época, que é o almirante Ibsen Gusmão Câmara. Ele presidia as reuniões e se discutia procedimentos militares de defesa em relação à Argentina.

M.S. – Agora, isso desde sempre, não é? O cenário com o qual vocês treinavam ainda jovens, também, era...

M.F. – Não era. No caso da Marinha, não. No caso da Marinha, realmente só começamos a pensar em defesa nacional em relação à Argentina depois de Itaipu e Corpus.

⁶⁸ O entrevistado se refere ao ministro do Exército durante o governo Geisel.

⁶⁹ O entrevistado se refere ao Estado Maior das Forças Armadas.

M.S. – Eu não sabia disso. É importante.

M.F. – No caso da Marinha, com certeza, não. Era antissubmarino, era Alemanha, depois união Soviética; mas, decididamente, não se pensava em problemas regionais. Isso começou, no caso da Marinha – e talvez no Exército seja atávico, histórico [riso] -, realmente com Itaipu e Corpus. Eu ainda vou chegar lá. Portanto, eu penso que o Geisel, inteligentemente, criou um susto...

M.S. – Um susto artificial.

M.F. – Artificial que, de fato, funcionou. Foi desenvolvido no Estado Maior das Forças Armadas um documento – eu participei, sob o ponto de vista naval – que era um documento secreto do antigo Conselho de Segurança Nacional que se chamava “Diretriz para Hipótese de Guerra Delta Versão Cone Sul.” [risos] Eu acho que o nome diz certinho o que era. Mas não era agressivo, era defensivo. “E não queremos isso. Se acontecer, vamos ter que fazer isso.” De fato, não era agressivo. Diretriz para Hipótese de Guerra Delta Versão Cone Sul. Isso foi feito; o presidente chegou a aprovar; construíram-se, então, algumas doutrinas péssimas que foram, ao longo do tempo, sendo melhoradas de cooperação aérea. Porque, até então - essa que é a verdade - sob o ponto de vista estratégico, o Brasil tinha a hipótese da Marinha, a hipótese do Exército e a hipótese da Aeronáutica. [riso]

M.S. – Claro. [risos]

M.F. – Hipóteses completamente distintas. Itaipu e Corpus teve esse mérito.

M.S. – Terminou unificando.

M.F. – Ele disse: “Bom, vai ter que juntar essas três.” A Marinha, por exemplo, precisava da Aeronáutica radicalmente; e nesse documento, previa-se um empenho grande da Marinha – e eu insisto, não era agressivo – de proteger a transferência de tropa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná etc. Desconfio que o Geisel, em minha opinião, deixou o barco se inflar porque era útil para a redemocratização.

M.S. – Interessante. Muito interessante.

M.F. – Suponho que isso devesse ser explorado. Quem é que poderia ver com o pessoal que trabalhava com o Geisel, nessa época? Também estão todos falecidos.

M.S. – O Heitor Ferreira⁷⁰ talvez.

M.F. – Eu não sei. Ele é vivo ainda?

⁷⁰ Secretário pessoal do ex-presidente Ernesto Geisel.

M.S. – É vivo.

M.F. – Ele, certamente, convivia na intimidade com o Geisel e poderia saber.

M.S. – Exatamente. O senhor tem memória se, nesses planos desenvolvidos no contexto do EMFA, chegava-se a contemplar a possibilidade de um entendimento brasileiro-chileno na hipótese de uma...

M.F. – Eu não conheço. Pode ter havido, eu não afirmo, mas eu não conheço. Voltando à sua pergunta anterior, a sua insistência no tema se essa preocupação com a Argentina sempre conviveu, eu diria o seguinte: Na Marinha, não – insisto. Nesta ocasião, nessa época de Itaipu e Corpus, na Escola de Guerra Naval surgiu – francamente a pessoa, ou as pessoas que deram origem a isso eu não sei – a idéia de que, aqueles exercícios que são feitos em todo o mundo, exercícios sobre cartas e exercícios de guerra, um deles levasse em consideração a hipótese argentina; e passou a acontecer. Depois eu vim a ser diretor da Escola de Guerra Naval, e ainda – isso dez anos depois – havia um exercício em que essa hipótese... E, fora da Escola de Guerra Naval, criou-se um exercício cujo nome se chamava “Operatlan”, Operação Atlântico, em que não todos os anos, mas ano sim e ano não – com alguma frequência -, a hipótese era a Argentina. Para a Marinha, eu afirmo que a mudança radical ocorreu Corpus e Itaipu.

D.N – Na sua avaliação, para um pesquisador que quer olhar para a doutrina naval e para a doutrina militar no Brasil, qual é a importância desses jogos de guerra, desses planos, desses exercícios planejados dentro da Escola de Guerra Naval e outras escolas militares? Que tipo de inferência é possível fazer a partir delas? É relevante?

M.F. – Eu diria que quem se interessar por isso, conhecer o que se fazia e não o andamento do exercício – isso é muito profissional, mas a motivação do exercício – é interessante porque reflete uma preocupação da época. No caso, por exemplo, reflete a preocupação que apareceu com Itaipu e Corpus sobre a Argentina. Eu desconfio, eu não sei, acho que o Exército fazia também. Eu me lembro de um general – com certeza já falecido – que representava o Estado-Maior do Exército nas reuniões do EMFA e que ele citava esses exercícios feitos em nível de Estado-Maior, levando em consideração detalhes até meio ridículos, o tipo de movimento que a Argentina poderia chegar até X e de X em diante não poderia mais [inaudível]. [risos]

M.S. – O senhor ficou em Buenos Aires até novembro de 1978?

M.F. – É.

M.S. – Um mês depois, o Massera autoriza a mobilização de helicópteros em direção ao Chile – isso já se sabe hoje em dia –, e o Videla⁷¹ termina mandando voltar depois de uma intervenção papal e norte-americana.

M.F. – Eu não soube lá, eu soube até pela imprensa. [riso]

M.S. – Entendi. O senhor se lembra qual foi o impacto disso no Brasil, se é que teve algum?

M.F. – Não. Eu acho que não. Eu não me lembro se teve impacto.

M.S. – Havia preocupação entre vocês que a Argentina...

M.F. – Eu era, nessa ocasião – quando eu vim da Argentina e deixei de ser adido naval, eu fui promovido a contra-almirante –, o subchefe de estratégias do Estado-Maior da Armada. Se tivesse havido... Na Marinha não houve esse impacto.

M.S. – O senhor saberia.

M.F. – Na Marinha, não teve esse impacto. Com certeza.

M.S. – Houve alguém no Brasil que se preocupou com a possibilidade de - frustrada essa tentativa argentina - os militares argentinos, então, se voltarem para Malvinas? Malvinas pegou a gente de surpresa?

M.F. – Pegou. Mas, aí, é uma opinião que eu digo até com certa convicção, porque eu já conversei com um argentino sobre isso. Decorre menos do problema da solução para Beagle – eu acho que foi o Papa...

E.M. – Da mediação do Vaticano.

M.F. – E mais decorrente do seguinte: O regime militar argentino, que era um regime de diabólico – eu vivi isso lá, o meu segundo filho estudava agronomia e pediu para voltar para o Brasil porque ele estava naquela idade em que se colocava a acara na rua e a polícia parava, era jovem –, a tendência daqueles generais, fundamentalmente generais - almirantes, eu não me lembro de nenhum que fosse radical, mas os generais havia vários radicais –, era engrossar, era impedir o processo de redemocratização; e Malvinas veio a calhar com isso. Quer dizer, a invasão das Malvinas... E diga-se de passagem que, temporariamente, o povo argentino se uniu em torno da idéia – quer dizer, apoiava o negócio. Como fracassou, veio tudo abaixo; desabou.

⁷¹ O entrevistador se refere a Jorge Rafael Videla Redondo, presidente da Argentina entre 1976 e 1981.

M.S. – O senhor usou uma palavra ótima para caracterizar o regime argentino daquele período, que é “diabólico”, e uma das coisas mais interessantes é que, dentro junta argentina, talvez o componente mais diabólico de todos tenha sido, justamente, a Armada, não é? Sob o comando do almirante Massera. É muito difícil, sempre, explicar para as pessoas que o Brasil teve pouca, ou nenhuma, participação no processo argentino, que vai de março de 1976 a 1983. No momento em que, na Argentina, a coisa começa a pegar, de fato, na frente da guerra antissubversiva, o Brasil já está num processo de franca abertura. Eu queria que o senhor falasse, um pouco, disso.

M.F. – Bom, aí, é uma coisa meio complicada. Havia, no Brasil, uma corrente forte pró-abertura, sem dúvida alguma havia; mas ainda havia alguns que resistiam, sobretudo no Exército, na Marinha do Brasil não. Tanto assim que existia um intercâmbio de informações sobre possíveis resistentes; enfim, contrários...

M.S. – O que se chamava terrorista, na época, não é?

M.F. – Contrários aos regimes militares. Havia um intercâmbio muito forte. No caso – francamente, isso eu posso afirmar porque eu vivi isso lá – era o adido do Exército.

M.S. – Não era a embaixada?

M.F. – Não era a embaixada. Era o adido do Exército. Eu suponho que a embaixada soubesse, existisse...

M.S. – Certamente.

M.F. – Tem que saber. Era no andar em que eu tinha o meu escritório, só que eu não podia entrar lá. Quer dizer, se eu dissesse que eu quero ir, lá, evidentemente, ele não iria dizer que não, mas nunca fui convidado a entrar lá. [risos] Tampouco na Aeronáutica. – Depois eu falo um instantinho sobre a Aeronáutica. Mas o Exército tinha essa combinação íntima com o sistema militar argentino. Os dois adidos que eu peguei estavam diariamente envolvidos nisso. Um, acho que mora em Florianópolis, Zaudir de Lima⁷²; o outro foi... O Zaudir nunca teve muita expressão, mas o outro teve expressão, ele foi chefe do Serviço de Informações do Exército, Íris⁷³... Eu não me lembro do sobrenome dele. Eu suponho que os dois ainda sejam vivos porque são um pouco mais velhos do que eu, uns dois ou três anos mais velhos. Se bem que isso não significa nada. [risos] Mas essa união, essa troca de informações era... Às vezes, convém introduzir uma coisa meio cômica, eu estava

⁷² O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁷³ O entrevistado se refere ao general Íris Lustosa.

em casa numa noite, tocou o telefone e o adido do Exército me convidando para ir com ele ao aeroporto Ezeiza porque o Brizola⁷⁴ tinha sido, delicadamente, mandado embora do Uruguai e ia para os Estados Unidos, e fazia conexão em Ezeiza. Ele me convidou para ir a Ezeiza para vigiar o Brizola. [risos] Eu disse: “Escuta, para que eu vou olhar o Brizola mudar de avião? O que tem... É boa viagem.” [risos] No dia seguinte, eu perguntei para ele, era esse Íris, “Íris, como é? Você viu o Brizola e acompanhou?” “Os argentinos nem me deixaram chegar perto.” [riso] Bem feito.

M.S. – Eles vigiaram sozinhos, não é? O senhor tem memórias se chegou a ser convidado pela Armada argentina para discutir essa questão da luta contra a subversão?

M.F. – Sobre essa questão interna, nunca. Eu tenho a impressão de que eles sabiam... Eu tenho a impressão, não; eles deviam saber a posição...

E.M. – Como funcionavam as coisas, aqui, entre o Exército e Marinha.

M.F. – Eu não estava envolvido nisso. Eu não estaria envolvido nisso. E, de fato, nunca me convidaram a participar de coisa alguma relativa a interna. Eu fui convidado, uma vez, para ouvir uma exposição sobre as preocupações deles com os chilenos, uma apresentação, descente, boa e objetiva; mas interna, nunca.

M.S. – E o senhor tinha contato com a sua contraparte chilena, em Buenos Aires? O senhor lembra?

M.F. - Não. Só social. Era uma boa pessoa até, mas só social.

M.S. – O senhor lembra quem era a pessoa?

M.F. – Não. Não me lembro.

M.S. – Vamos voltar, um pouco, para a questão nuclear.

M.F. – Ainda não... Bom, já emenda com a nuclear. Eu mencionei que o Exército tinha a preocupação interna; a Marinha uma preocupação que passou a crescer com Itaipu e Corpus, se bem que do lado argentino não, porque a Argentina era amiga; agora, a Aeronáutica tinha... O primeiro adido da Aeronáutica que eu peguei – Vasconcelos, eu não sei o primeiro nome dele – me disse claramente que ele tinha atribuição de acompanhar o programa nuclear argentino. Porque a Aeronáutica argentina não era uma preocupação e davam-se muito bem; e, de fato, davam-se. A preocupação era o programa

⁷⁴ O entrevistado se refere ao ex-governador do Rio Grande do Sul (1956-1958) e do Rio de Janeiro (1983-1987/1991-1994), Leonel de Moura Brizola.

nuclear argentino. Então, na distribuição de tarefas, o Exército cuidava da parte interna; e a Argentina da parte nuclear. Eu engajei nessa parte nuclear também...

M.S. – Em Buenos Aires.

M.F. – Em Buenos Aires. Mas, aí, foi uma iniciativa...

M.S. – Do ponto de vista prático, isso queria dizer o quê?

M.F. – Bom, fundamentalmente, acompanhar todas as notícias relativas à energia e tentar saber alguma coisa mais. A Argentina estava, muito a frente do Brasil naquela época, já tinha um desenvolvimento de enriquecimento numa localidade lá, para o lado de Bariloche.

M.S. – Pilcaniyeu.

M.F. – Que era a tentativa pela difusão gasosa, não é?

M.S. – Isso.

M.F. – Que é o processo americano e Russo. Nós optamos pelo europeu, que é a ultracentrifugação. Tinha no Grande Buenos Aires, perto de Ezeiza, uma instalação de beneficiamento de plutônio.

M.S. – Isso. De pesquisa.

M.F. – Isso é o que mais nos intrigava.

M.S. – Claro. O plutônio só tem uma utilidade.

M.F. – O Plutônio seria para quê? Então, eu tentei me engajar, também, nessa questão nuclear; mas, basicamente, a minha função eram mais questões navais mesmo.

M.S. – O senhor tem memórias se, naquela época, vocês já sabiam dessa *facility* argentina... No sul, também, chamada INVAP⁷⁵?

M.F. – Não. Eu nunca soube. Não sei se o colega da aviação sabia. O segundo... Eu comentei que o primeiro adido me disse que ele tinha a tarefa... Até porque, na época, desenvolvimento nuclear era, basicamente, de São José dos Campos...

E.M. – Sim. No CTA⁷⁶.

M.F. – CTA. O segundo, não queria saber disso; o segundo queria era voar. Vivia piruando o vôo dos aviões argentinos. “Onde é que está o coronel [inaudível]?”

⁷⁵ O entrevistador se refere ao Instituto Nacional de Pesquisas Aplicadas com sede em Bariloche.

⁷⁶ O entrevistador se refere ao Centro Técnico Aeroespacial.

M.S. – No ar.

M.F. – Está voando. [risos] Mas nós, realmente, estávamos atrasados em relação à Argentina, e havia uma preocupação sobre isso. Depois que eu comecei a mexer nisso – mexer no sentido de tentar saber – eu recebi instruções do Estado-Maior da Armada de ficar atento com a evolução e tal; e procurei fazer. Eu vou lhe dar um exemplo interessante para mostrar como a nossa preocupação com a Argentina não era igual à deles conosco, eu fiz um levantamento - como um profissional naval - dos principais portos argentinos e acesso a esses portos; quando eu completei o meu tempo de adido, fui promovido e fui ser subchefe do Estado-Maior da Armada estratégica, o rolo de mapas que eu tinha mandado estava enrolado como eu mandei [risos]. Ou seja, os porteños não têm a mínima curiosidade, e ninguém estava preocupado em porto argentino e tal.

M.S. – Agora, essa preocupação com a questão da Argentina estar mexendo com plutônio, qual o grau dessa preocupação? Porque uma coisa é haver certa preocupação e o senhor receber instruções de Brasília pedindo atenção com o tema; outra diferente é o Brasil começar a operar com base na premissa de que a Argentina está trabalhando em direção à possibilidade de um artefato.

M.F. – Bom, nós pensávamos que eles pretendiam o artefato, mas a política nuclear brasileira não foi afetada por isso. Se bem que é uma coisa meio complicada; mas se bem que, aqui - afinal há o registro histórico -, a Aeronáutica chegou a ter um projeto que visava ter a possibilidade de fazer uma arma nuclear, só que pretendeu chegar ao enriquecimento do urânio por um processo que não deu certo no mundo inteiro, que é o laser. Tanto assim que a Marinha, que pretendia a propulsão naval, chegou à conclusão de que aquilo não iria a lugar nenhum e partiu para a ultracentrifugação.

M.S. – Mas não foi apenas a Aeronáutica, não é? O Exército também tinha...

M.F. – Não. O Conselho de Segurança Nacional. Vamos colocar os pingos nos Is.

M.S. – Ah, por favor, esclareça isso então.

M.F. – Na verdade, quem conduzia a política nuclear era o Conselho de Segurança Nacional. Mesmo o empenho da Marinha em chegar à propulsão naval nuclear, até o governo Collor era o Conselho de Segurança Nacional quem regia – controlava o que estávamos fazendo. É verdade que o Conselho de Segurança Nacional tinha uma

influência muito grande do Exército, começando porque os seus chefes sempre foram generais. Eu não sei se isso é tão importante assim, mas sempre foi um general. Agora, não era propriamente o Exército; era o Conselho de Segurança Nacional.

E.N. – E o senhor distinguiria entre diferentes grupos dentro do Exército, ou dentro da Aeronáutica, que tinham mais ou menos interesses? Existia alguma cisão dentro das forças, ou era uma coisa um pouco mais...

M.F. – No Exército e na Aeronáutica, eu não sei lhe dizer. Na Marinha havia diferença sim, por exemplo, havia um grupo de oficiais que tinham influência forte e que a cabeça deles havia sido construída – a minha também havia sido, só que eu consegui me livrar [risos] – na questão de submarinos. Então, para eles, submarino nuclear era inimigo; não era amigo. [risos] Um deles é o que faleceu semana passada e que me sucedeu no ministério, o Almirante Serpa⁷⁷. O Almirante Serpa, nós brincávamos que ele foi criado num passadiço de um contratorpedeiro atacando submarino. [risos] Pessoas como ele - que não eram poucas, eram muitas - não queriam que... Não é que fossem contra o submarino nuclear, não queriam que o orçamento naval fosse sacrificado, em detrimento deles, para investimento na questão nuclear. Exército e Aeronáutica, eu não sei se havia essas divisões. Eu suponho que o Exército nunca foi muito envolvido na nisso. A Aeronáutica foi, chegou a ter o problema de Cachimbo e tal; que, diga-se de passagem, quando o Collor fez aquele teatro, o assunto já estava liquidado há seis anos, mas existiu.

E.M. – Existiam grupos, na Marinha, entusiasmados com o que estava sendo feito na Aeronáutica, no sentido de se ter um explosivo mesmo? Ou isso, se tivesse, era insignificante?

M.F. – Não. Na Marinha, não havia esse entusiasmo. Quando o almirante Othon⁷⁸ apareceu, então, com o projeto de propulsão naval nuclear, isso houve. Aí, havia pessoas entusiasmadas; eu inclusive.

⁷⁷ O entrevistado se refere a Ivan da Silveira Serpa.

⁷⁸ O entrevistado se refere a Othon Luiz Pinheiro da Silva.

M.S. – Isso aparece com o Othon, ou com... Como era o nome do predecessor do Othon no IPEN⁷⁹?

M.F. – Não houve. O primeiro chefe de grupo designado para o CTA foi o Othon. Ele foi para lá já com o propósito de engajar, no projeto aeronáutico de enriquecimento de urânio, visando a propulsão naval. Decorrido alguns meses lá – meses porque eu ainda estava no Estado-Maior da Armada – ele nos levou a opinião de que não iriam chegar a nada e que, se a Marinha queria mesmo a propulsão naval nuclear, tinha que partir para outra solução, e sugeria a ultracentrifugação. Até porque havia... São coisas que não tem nada a ver com a Marinha, mas coisas curiosas, o homem que criou o Conselho Nacional de Pesquisa foi um almirante...

E.M. – Álvaro Alberto.

M.F. - Álvaro Alberto. E o Álvaro Alberto tinha importado da Alemanha umas ultracentrífugas que o regime nazista tentou...

M.S. – Barrar.

M.F. – Não. O regime nazista tentou desenvolver.

M.S. – Mas elas foram presas no porto Pilcaniyeu.

M.F. - Num porto europeu, eu não me lembro qual é, e prenderam. Prenderam por determinação norte-americana. [riso]

M.S. – Isso.

M.F. – Decorrido algum tempo – quer dizer, as coisas serenaram - as ultracentrífugas vieram para o Brasil; mas não adiantaram nada porque eram extremamente primitivas, não deu para aproveitar coisa alguma.

M.S. – Almirante, nesse período, o que é interessante é que, diante das crescentes pressões norte-americanas na questão nuclear - mesmo que, no Brasil, o desenvolvimento ainda fosse muito incipiente - terminam levando o presidente Geisel, já no final do seu governo,

⁷⁹ O entrevistador se refere ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares.

a autorizar a criação do programa que a gente, hoje, conhece como o Programa Autônomo Paralelo, não é? Nesse contexto, dentro da Marinha, o senhor diria que a preocupação única era de fato com submarino, representada pela figura do almirante Othon no IPEN; ou com pouca, ou nenhuma comunicação com outras instâncias das Forças Armadas que tivessem trabalhando por conta própria?

M.F. – Tanto quanto eu sei, e eu tinha uma relativa intimidade com o Othon porque eu fui - como um jovem segundo contra-almirante recém promovido – o primeiro a o apoiar na idéia dele, a opinião do Estado-Maior da Armada foi redigida por mim; é lógico que o [Estado-Maior⁸⁰] aprovou e passou a defendê-la. Tanto quanto eu sei, não havia essa... Com o Exército, nenhuma; com a Aeronáutica, havia ainda alguma relação com figuras humanas, pessoas, engenheiros - suponho que nucleares - do CTA que também duvidavam do sucesso da hipótese laser e estimulavam o Othon a tocar o projeto de ultracentrifugação. Mas não era importante não. No Exército eles vão dizer: Na Marinha, não. A Marinha, salvo os caçadores de submarinos, os demais – de um modo geral – apoiavam o projeto nuclear. Vocês devem saber disso, mas havia, em razão do acordo com a Alemanha – que, também, foi o Geisel [inaudível] –, que pretendia chegar ao urânio enriquecido por outro processo que nunca deu certo, que era jet-nozzle... Na verdade, a Alemanha queria que o Brasil gastasse o dinheiro para desenvolver o projeto jet-nozzle. Em razão do acordo com a Alemanha, a Comissão Nacional de Energia Nuclear... Eu não chamaria de hostil, mas não apoiava o projeto da Marinha. Anos depois, quando eu já era diretor da Escola de Guerra Naval, um presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, que eu não sei se ainda é vivo, Hervásio...

E.M. - De Carvalho.

M.F. - Foi fazer uma conferência na Escola Naval sobre energia nuclear; falou, falou, falou; e não tocou no projeto nuclear da Marinha. Um dos oficiais alunos levantou a questão – acho que até por ordem minha [risos] -, e ele foi hostil ao projeto; disse que o projeto tinha prejudicado o acordo com a Alemanha e que o Brasil tinha ficado prejudicado por isso – foi hostil ao projeto. Evidentemente, que não sei falou mais no assunto...

⁸⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir.

E.N. – Prejudicava porque gerava...

M.F. – Contrariava... Eu nunca li o projeto com a Alemanha, e nem me interessa ler, mas provavelmente contrariava algum preceito do projeto. O projeto devia limitar a nossa liberdade de atuar na área; e no que concerne ao enriquecimento de urânio era o jet-nozzle.

M.S. – Quando o senhor volta de Buenos Aires, qual é o seu oposto imediato aqui?

M.F. - Subchefe de estratégia do Estado-Maior da Armada. O Estado-Maior da Armada tem o chefe; o vice-chefe, que é muito administrativo; e subchefias - suponho que, hoje, cinco. A primeira é a subchefia de estratégia, e eu fui ser o subchefe estratégia; logística; informações, foi onde eu achei o rolo de mapas [risos]; organização, que cuida muito da administração... Qual é a outra? Eu não me recordo. Enfim, são cinco subchefias, e eu fui ser subchefe de estratégia.

M.S. – E, nesse posto, o senhor ficou quanto tempo?

M.F. – Ah, quase três anos.

M.S. – Ou seja, quando Itaipu se resolve e se assina o Acordo Tripartite, o senhor está nessa posição.

M.F. – Não. Eu já tinha deixado. Mas, durante a minha estada nesse posto, o assunto arrefeceu. Quer dizer, deixou de ser... Se bem que os exercícios que eu me referi...

M.S. – Ali é que os exercícios começam.

M.F. – Eram feitos.

M.S. – Ou seja, fica essa desconfiança entre aspas...

M.F. – Mas deixou de ser paranóia. [risos]

M.S. – Se o senhor tivesse que identificar uma causa que explica a resolução de Itaipu, depois de anos arrastando a coisa, o que seria? Ou quem seria?

M.F. – Eu diria meio a contragosto que é a atuação do Alfonsín⁸¹ e do Sarney, os dois queriam essa acomodação. [riso]

M.S. – Por que a contragosto?

M.F. – Porque eu preferia que fosse o Tancredo, o presidente, e não o Sarney. [risos] Mas, francamente, eu acho que a figura dos dois presidentes, o Alfonsín e Sarney, foram positivas para por um ponto final no processo. Tem um detalhe que... Observe um detalhe que eu estou comentando pela primeira vez: No tempo em que fervia a questão Itaipu e Corpus, o projeto elétrico argentino previa Corpus, a jusante de Corpus, e Yacyretá – acho que é Paraguai, Misiones e Argentina. Daí em diante, não teria mais porque era planície, não tem mais condições. A realidade, e isso - anos depois - me veio à cabeça... A animosidade argentina em relação ao Brasil, que não tem nada a ver com a questão militar, é uma animosidade geopolítica, permitiu que fervesse o problema porque não queria que o Brasil fizesse Itaipu porque Itaipu era necessário para o desenvolvimento brasileiro – imagine o que seria o Brasil hoje sem Itaipu, não teria essa luz aí. Nunca construíram Corpus, e nem esta no programa...

M.S. – E Yacyretá só foi construída agora, com o Menem⁸².

M.F. – É bem depois. Mas Yacyretá, realmente, não tem nada a ver com o Brasil. Agora, será que eles intencionavam mesmo fazer Corpus, ou só queriam dificultar a construção de Itaipu? Porque, de fato, era uma exigência do desenvolvimento nacional brasileiro. Isso é uma coisa de levantar, essa questão; mas, pensando bem no porquê dessa animosidade ou não querer que o Brasil se desenvolvesse, isso é uma questão histórica.

M.S. – Sim. Claro.

M.F. – Herança de Portugal e Espanha. [riso] Eu li um livro muito interessante que, no início do século XX – entre 1900 e 1910 –, foi resolvido por um arbítrio, eu acho que o presidente do Estados Unidos, a questão de Misiones.

⁸¹ O entrevistado se refere a Raúl Ricardo Alfonsín, presidente da Argentina entre 1983 e 1989.

⁸² O entrevistador se refere a Carlos Saúl Menem Akil presidente da Argentina entre 1989 e 1999.

M.S. – Isso. O presidente Cleveland⁸³.

M.F. – E contrariou, muito, os argentinos. Há um livro, muito interessante, e há uns quatro ou cinco anos atrás eu pedi ao adido naval, um argentino, que conseguisse e ele xerocou, porque não tinha a venda, o livro do ministro do exterior que correspondia ao Rio Branco aqui, no Brasil, Estanislao Zeballos⁸⁴.

M.S. – Que inventou o telegrama. Lembra?

M.F. – É. Tem um livro dele que se intitula “Diplomacia Desarmada” em que ele se queixa que, no problema de Misiones, a Argentina teve que se submeter ao Cleveland porque não tinha condições de...

M.S. – Físicas de resistir.

M.F. – De criar caso, não é? Isso, sempre pesou na cabeça Argentina. Na verdade aqueles governos argentinos, que foram governos excelentes do ponto de vista do desenvolvimento – de 1870 a 1930, até chegar à chaga peronista, até a derrubada do Yrigoyen⁸⁵ -, eram governos desenvolvimentistas bons, de qualidade; mas a questão militar não era importante para eles, não se preocuparam com ela. Depois, quando veio... Eu acho que, depois do Yrigoyen, veio uma junta militar - junta militar, na Argentina, não é novidade – e aí veio o Perón⁸⁶. Aí começou o negócio do armamentismo argentino; que, realmente, naqueles anos 1940, 1950, 1960 era uma barbaridade...

M.S. – Eles tinham vantagem sobre nós.

M.F. – Muita.

⁸³ O entrevistador se refere a Stephen Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos nos períodos de 1885-1889 e 1893-1897.

⁸⁴ O entrevistado se refere a Estanislao Severo Zeballos (1854-1923).

⁸⁵ O entrevistado se refere a Hipólito Yrigoyen, presidente da Argentina nos períodos de 1916-1922 e 1928-1930.

⁸⁶ O entrevistado se refere a Juan Domingo Perón, presidente da Argentina nos períodos de 1946-1955 e 1973 e 1974.

M.S. – Agora, continuando nessa linha de raciocínio muito interessante, qual é o impacto que Malvinas tem sobre a relação bilateral e sobre a compreensão mútua?

M.F. – Formalmente, o Brasil apoiou a Argentina e...

M.S. – Apoiou o pleito, mas não a invasão das ilhas.

M.F. – Mais ou menos, não é? Porque o Brasil, por baixo dos planos, forneceu material para a Argentina.

M.S. – Mas, também, deixou aeronaves britânicas pousarem no Rio de Janeiro para reabastecer.

M.F. – É. Isso é toma lá, dá cá. [risos] Eu me lembro, por exemplo, que o falecido ministro da Marinha, e então almirante, Maximiano⁸⁷, ele apoiava a Argentina adoidado – era um entusiasmado com a Argentina.

M.S. – Ele estimava que a Argentina tinha chances de ocupar e ficar...

M.F. – Perdão. Isso, eu não posso lhe responder porque eu não sei. Eu sei que ele era favorável à Argentina, as Malvinas serem malvinas e não vávulas. No Exército, eu não me lembro. Nessa época, eu não seria de muito proveito porque eu deixei a subchefia de Estado-Maior da Armada para ser comandante de força naval; e o meu caso era andar de navio para cima e para baixo. [riso]

M.S. – Claro. E o senhor ficou no navio, de cima para baixo, até o ano de...

M.F. – Dois anos e quatro meses que eu comande a força de apoio. Então, até 1986. Acho que, aí, eu fui ser diretor da Escola de Guerra Naval; e, depois, voltei como comandante de esquadra. Foi o meu último posto, antes de almirante-de-esquadra.

M.S. – O senhor diria que Malvinas e o impacto que tem a reação britânica sobre... Não só o regime militar argentina, mas a capacidade física argentina. O senhor diria que isso estabelece uma assimetria tão brutal entre o Brasil e Argentina - em favor do Brasil - e

⁸⁷ O entrevistador se refere à Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, ministro da Marinha no governo Figueiredo.

que isso elimina a possibilidade, na nossa visão geoestratégica, da Argentina como um risco potencial, ou inimigo potencial?

M.F. – Olhe, eu não afirmaria que isso fosse uma consequência de Malvinas. Agora, eu diria que evidenciou o fato de que não existe razão para essa preocupação estratégica com a Argentina. Não tem chance. É história. Recentemente, veio à baila aquela ameaça do Chávez⁸⁸. É a mesma coisa. Ah, vai entrar em Roraima? Deixa entrar em Roraima que vai morrer de fome lá. [risos] Aquela preocupação de natureza estratégica; que, realmente, existiu no anos 1940, 1950, 1960 cessou. Isso não... E se nós formos analisar o que está contecendo, hoje, em termos de estratégia nacional de defesa e suas consequências no reaparelhamento, uma análise objetiva daquilo mostra que a preocupação deixou de ser a Argentina. Não é que não exista preocupação regional, existe; mas é preocupação regional com o subestratégico, o terrorismo, contrabando...

M.S. – Sim. Problemas transvencionais, não é?

M.F. – É. Que afeta, tanto a eles quanto a nós. Quer dizer, é ruim para eles como para nós. A preocupação propriamente regional... Não é que seja zero, mas deixou de ser importante.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

M.S. – Almirante, há alguns minutos atrás, o senhor falou uma versão muito interessante que, quando o Collor chega e acontece Cachimbo, a questão – na realidade – já havia sido equacionada pelo Sarney; e é verdade, em grande medida, o Sarney equacionou. Eu queria pedir ao senhor para a gente tentar rememorar, um pouco, todo esse período e toda essa relação do Sarney com a questão nuclear. Tanto a questão das visitas, não é? As visitas mútuas com o Alfonsín, e com o Sarney, à Pilcaniyeu⁸⁹ ou a Iperó etc. Quanto à relação do Sarney com as Forças Armadas, quando o Sarney pede que o componente militar do programa nuclear seja suspenso.

⁸⁸ O entrevistado se refere a Hugo Rafael Chávez Frías, atual presidente da Venezuela.

⁸⁹ O entrevistador se refere à cidade da Argentina onde se localiza uma usina nuclear.

M.F. – Quando o Collor promoveu aquele teatro da Serra do Cachimbo, o projeto relativo à arma nuclear já estava suspenso... Não era o Sarney, desde o Figueiredo. No fim do governo Figueiredo foi decidido que a vertente arma cessaria.

M.S. – Quem representava o argumento prol arma com o Figueiredo?

M.F. – Eu estaria sendo, um pouco, leviano de afirmar com certeza, mas eu diria que a grande força era a Aeronáutica. O Conselho de Segurança Nacional, mas sob influência da Aeronáutica. A Marinha não era.

M.S. – Agora, do ponto de vista político, quem emprestava força política a essa idéia? Porque ninguém iria sugerir isso ao Presidente da República sem ter algum tipo de...

M.F. – Ah, o apoio, eu não sei.

M.S. – O Geisel teria um papel?

M.F. – Aquele programa que se chamava Solimões – uma coisa assim -, um projeto do Conselho de Segurança Nacional...

M.S. – Isso.

M.F. – Foi elaborado ao tempo do Geisel. No Geisel... [demi⁹⁰] fofoca.

M.S. – Por favor.

M.F. – É gaúcho; e gaúcho olha argentino sempre com...

M.S. – De binóculos. [risos]

M.F. – De desconfiança histórica. É provável – mas é uma afirmação conjectural – que ele tenha apoiado isso, o presidente Geisel, e com ele a turragem dele; mas certeza eu não tenho. O que eu sei, é que a Marinha não...

M.S. – Não emplacou.

M.F. – Não apoiava isso.

M.S. – Porque a marinha queria os recursos para poder desenvolver o submarino.

M.F. – Outra coisa.

M.S. – Agora, o que explica que o Figueiredo tenha prestado apoio a esse projeto? Por que ele fez isso?

M.F. – A razão formal, que foi dita pelo ministro que me passou a função - o almirante Sabóia⁹¹ - teria sido dinheiro. Simplesmente não há recursos para tocar um programa desses. Mas eu não sei se, com certeza, essa razão formal é real. A razão formal foi esta,

⁹⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁹¹ O entrevistado se refere a Henrique Sabóia.

não tem dinheiro para esse programa. E, aí, o Conselho de Segurança Nacional, que aportava recursos para o programa, reduziu; e zerou no governo Collor.

M.S. – Isso. A [demi⁹²] fofoca que a gente tem é a de que o Venturini⁹³ teria argumentado vivamente com o presidente Figueiredo em favor de investimentos nessa área no intuito de que, fim do ciclo militar, o Brasil pudesse mostrar ao mundo que tinha a tecnologia... Não para fazer uma arma atômica no sentido de... Não para fazer uma coisa que lançasse o artefato, mas que o Brasil dominava plenamente a tecnologia de explosões nucleares pacíficas - no jargão técnico do regime de não-proliferação nuclear.

M.F. – Bom, eu sei... Eu sei, não; porque isso saiu na imprensa. O ministro da Marinha de então - mas é muito pessoal dele – declarou que era contrário à arma nuclear, mas que era favorável que o Brasil desenvolvesse a capacidade de fazê-la. O que é um pouco de sofismo.

M.S. – Que o ministro de Lula... O primeiro ministro da Ciência e Tecnologia do Lula repetiu vinte anos depois.

M.F. – Também disse isso.

M.S. – Em 2003.

M.F. – Agora, se o Venturini...

E.M. – Nós estamos falando do ministro do Figueiredo, o Maximiano.

M.F. – O Maximiano era o ministro do Figueiredo. Ele fez essa declaração, que o Brasil devia desenvolver a tecnologia. Que ele nos capacitasse a fazer, se necessário. Isso é [inaudível]. Há problemas, aí, que vêm de muito antes. Quando houve a assinatura do TNP⁹⁴, o nosso então... Um importante diplomata que era embaixador dos Estados Unidos, e morreu num cargo lá – eu não me lembro o nome dele. Faleceu em Washington num cargo.

M.S. – O Araújo Castro.

⁹² O mais próximo do que foi possível ouvir.

⁹³ O entrevistador se refere a Danilo Venturini, chefe do Gabinete Militar no governo João Figueiredo (1979-1982).

⁹⁴ O entrevistado se refere ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

M.F. - Araújo Castro. Ele era contra a assinatura do TNP pelo Brasil - quer dizer a assinatura brasileira do TNP – e dizia que o TNP era um instrumento de desarmar os desarmados.

M.S. – Isso. O congelamento do poder mundial.

M.F. – O congelamento do poder. Então, não é uma coisa essencialmente militar, teve influências civis fortes.

M.S. – Claro. Sem dúvidas.

M.F. – A da Comissão Nacional de Energia Atômica, eu não tenho certeza se, ali, havia alguém pensando em arma nuclear. Eu sei que há um tempo, em que nós começamos a desenvolver o projeto de Iperó, o projeto do IPEN, ela era contrária.

M.S. – Entendi. Se a gente fizesse um exercício meio ridículo de história alternativa, história contrafactual, e não houvesse crise em 1979, não é? Se o *boom* econômico brasileiro continuasse nos primeiros anos de Figueiredo, o senhor acha que, havendo recursos - não só o presidente, mas uma turragem do presidente -, teriam dado luz verde?

M.F. - Acho que sim. “Achômetro”.

M.S. – “Achômetro” total. Eu sei.

M.F. – Mas, pelo que se possa perceber da época, o que efetivamente foi o mandatário, foi o colapso...

M.S. – Financeiro.

M.F. - O problema financeiro.

M.S. – O senhor tem memória se havia grupos que, diante da negativa presidencial, resistiram?

M.F. – Não. Eu não conheço resistência.

M.S. – Porque as figuras centrais que advogavam pelo desenvolvimento tecnológico nessa área permanecem durante todo governo Figueiredo e permanecem, inclusive, no governo Sarney, não é? O Rex Nazaré⁹⁵, para começo de conversa...

M.F. – [riso] É uma figura enigmática.

M.S. – Conta para a gente, um pouco. A gente também acha uma figura enigmática.

M.F. – A impressão que me dava - e eu cheguei a ter um relacionamento próximo dele, quando eu era subchefe de estratégia do Estado-Maior - é que era uma espécie de ciúmes por não ser ele o condutor do [riso] sucesso que a Marinha estava tendo. Ele...

⁹⁵ O entrevistador se refere à Rex Nazaré Alves, professor e físico nuclear brasileiro.

M.S. – Ciúmes do Othon.

M.F. – É. Ciúmes do Othon e da equipe. Porque, veja bem, o IPEN – que foi o grande sócio da Marinha... A Marinha, eu diria que uniu, na pessoa do Othon, uma capacidade fundamental técnica – não extraordinária – e uma capacidade ótima administrativa. O que não existe na área científica, ou o cara é cientista ou...

M.S. – Gerente.

M.F. – Gerente. O Othon unia. Mas quem realmente cooperou, sob um ponto de vista até, foi o IPEN; e o IPEN era da Universidade de São Paulo inicialmente. Acho que foi no governo Figueiredo que foi passado para o grupo de institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

M.S. – Exatamente.

M.F. – A impressão que me dava do Rex Nazaré é que ele achava que, aquilo que o Othon estava fazendo, quem deveria fazer era o IPEN. Na verdade, tecnicamente o IPEN estava fazendo, mas a nossa opinião – e isso, aí, pode-se pedir a opinião sobre isso – era que, se fosse o IPEN a liderança do projeto, a coisa não iria adiante porque seria submetido aos ditames da Comissão Nacional de Energia Nuclear. No caso do Rex Nazaré, eu acho que ele tinha ciúmes do sucesso da Marinha.

M.S. – Agora, como se explica a presença dele? Porque ele permanece, não é? Permanece, inclusive, com o Sarney à frente da Comissão. [silêncio]

M.F. – É uma pessoa fluida, não é? Que se acomoda... É um PMDB da ciência, acomoda-se em qualquer circunstância. Eu tenho a impressão que até hoje...

E.M. – Está na Faperj⁹⁶.

M.F. – Até hoje, já deve estar com idade... [silêncio] Pessoalmente, eu nunca tive problema direto com ele, mas me dava impressão de que ele tolerava o que estava acontecendo, mas preferia que fosse ele o número um do processo todo, não é?

M.S. – Claro.

M.F. – Eu não me lembro de nada assim... Ele teve uma posição positiva relevante naquele episódio do acidente lá, em Goiás, ele realmente se fez presente fisicamente lá, atuou; e foi muito ligado ao Hospital Naval Marcílio Dias, que tem o melhor sistema brasileiro de medicina nuclear. O pessoal atingido pela radiação, lá, era trazido para o Rio

⁹⁶ O entrevistador se refere à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

de janeiro, para o Hospital Naval; e ele era o intermediário disso. Ele não goza, muito, da simpatia naval não [riso], mas...

M.S. – Por causa dessa rixa com...

M.F. – É. Dessa... Não é animosidade, mas dessa não simpatia. [riso]

M.S. – Claro. Antes de a gente entrar, propriamente, na questão das visitas com a Argentina - que são muito revolucionárias no sentido de aumentar o grau de confiança mútua entre os dois países - eu queria fechar uma coisa que ficou faltando, e eu me dei conta agora, que tem a ver com o acesso brasileiro à tecnologia durante o início da década de 1980. O Brasil estava fora do TNP e sofria muita pressão norte-americana, não é? O acordo com a Alemanha já tinha sido, na prática, suspenso por causa de pressão americana, mas também por causa de pressão dentro do partido... Da composição política em Bonn. E, nesse momento, o Brasil roda o mundo tentando adquirir tecnologia e peças para poder levar a cabo o seu desenvolvimento autônomo, que o Othon consegue, finalmente, com sucesso em meados da década de 1980. Onde é que Brasil vai? Como é que o Brasil faz?

M.F. – Foi, exatamente, na época em que eu estava um tempo fora, na esquadra; mas, tanto quanto eu sei, o Othon – muito habilmente – enxertava pessoas na Rússia, na... Como é que chama?

M.S. – Euratom⁹⁷.

M.F. – Euratom. Enfim, em vários lugares... E nos Estados Unidos. Houve um episódio que ficou... Um episódio meio levado à troça, mas real. O Othon precisava de uma peça X, lá, uma peça diabólica para um equipamento que cortava aço com fração de milímetros – micrométrica –, isso a laser; e isso era americano, tinha que ser americano. Evidentemente, o Departamento de Estado vetou a saída, não é? Estava lá, armazenado na Comissão Naval Brasileira em Washington porque a Comissão tinha comprado, e o americano respeita o comércio; então estava, lá, guardado, mas não podia sair. Aí, o Othon mandou um oficial técnico lá; desmontaram aquela geringonça toda; pegaram a peça que interessava; colocou na bagagem; trouxe; e foi pego pela Polícia Federal, em São Paulo. [risos] Se incomodou em São Paulo...

M.S. – Claro. [risos]

⁹⁷ O entrevistador se refere à European Atomic Energy Community.

M.F. – Mas o Othon usava técnicos mesmo. Houve casos de técnicos estrangeiros que ele não podia contratar, porque – evidentemente – dava muito na vista; e eram contratados por empresas – uma delas, acho que já acabou, a Eletrometal de Campinas – e o Othon contratava os serviços da empresa, a Eletrometal e outras...

M.S. – E a empresa contratava o sujeito como consultor.

M.F. – Pagava a pessoa. Isso aconteceu com relativa frequência. É uma frase que eu ouvi uma vez lá, na... Uma das várias... Quando eu fui diretor de material, todo mês eu ia lá, em Iperó. Primeiro na USP e, depois, de carro para Iperó. “Se nós fôssemos obedecer às regras do TCU, não chegaríamos a nada.” [risos]

M.S. – Essa é uma frase do Othon.

M.F. – É. Que, realmente, é verdade. Como é que eu vou contratar uma Eletrometal para uma atividade que não é para acontecer, mas que cobre a despesa com técnico? Então, era assim que se fazia. Obtenção de material com dificuldade... Se bem que - vamos ser sinceros - essa idéia de que o mundo é contra, na verdade, na hora de vender...

M.S. – Ninguém é contra.

M.F. – Aparecia quem vendesse.

M.S. – É claro. O senhor tem memória... Naquele período, têm alguns países que estão em franco desenvolvimento nuclear, não é? A África do Sul tem uma tecnologia importante paquistanesa sendo desenvolvida naquele momento. O senhor lembra se a gente chegou a ter contato com isso?

M.F. – Não. Não me lembro.

M.S. - A China, que era um grande proliferador.

M.F. – China teve. China era um dos lugares dessa frequência de relacionamento. China, com certeza. Agora, África do Sul, Israel, Paquistão, Índia... Isso, eu não sei.

M.S. – E, na China, era o quê? O senhor tem memória?

M.F. – Eu me lembro, uma vez, da obtenção de algum tipo de apoio – que, aí, eu não me lembro exatamente qual foi – para a construção daquele reator de pesquisa que foi construído no IPEN. Teve cooperação chinesa. Também [inaudível].

M.S. – Claro.

M.F. – Nesse caso concreto, existiu. Eu não sei se outros mais existiram. Até porque...

M.S. – Essas coisas: O Othon comandava, mas isso não era sabido pela Presidência da República, certamente.

M.F. – Eu tenho a impressão que, do detalhe, não era sabido.

M.S. – Do detalhe não, mas no princípio.

M.F. – Ah, que existia, sabia. O ministro da Marinha não ia esconder isso do presidente. Não é da nossa formação.

M.S. – Claro.

M.F. – No caso, por exemplo, quando o almirantado aprovou que a Marinha engajaria no programa, o ministro era o almirante Hanning⁹⁸ e eu me lembro que ele levou o projeto ao Geisel – fim do Geisel, o Geisel deixou o governo em março e isso foi em fins de dezembro... Eu me lembro que, depois... Aí eu fiquei sabendo pelo chefe de Estado-Maior da Armada, que recebeu a comunicação do ministro Hanning, de que o Geisel tinha respondido; que concordava; e devia ser sigiloso para não atrapalhar as relações com a Alemanha. Quer dizer, sigiloso *modus in rebus* porque ninguém consegue bater aquilo sigiloso. [riso] Só que a verdade é que os Estados Unidos nunca foi hostil ao programa. Não houve... Talvez eles confiassem que, a direção da Marinha, a influência da Marinha levava, realmente, à propulsão naval. Eu quero ver, agora, essa cooperação com a França, como é que vai ser.

M.S. – Agora, o senhor acha que as pressões do governo Carter⁹⁹, então, no quesito nuclear - na realidade - não eram nem tão fortes...

M.F. – Não. Eu não sei se a questão... Eu acho que não eram muito para valer. [riso]

M.S. – Claro. Eu tenho essa impressão também. Eu concordo com o senhor.

M.F. – Era mais para dizer: Olha, o Brasil que está aqui, ao meu lado, e é meu amigo, não é diferente do outros que estão fazendo...

M.S. – E para satisfazer o Congresso americano que, também...

M.F. – É. Que é contra.

D.N. – Eu ia comentar sobre a China, que existe um relato não muito explorado de que existe uma cooperação desenvolvida, a partir do final dos anos 1980, com a China na área de construção aeroespacial. Não só o satélite, que é o problema que todo mundo conhece; mas, também, nave e [inaudível] na construção de vetores e foguetes.

M.F. – Pode ser. Eu não sei. Eu que havia uma cooperação na área nuclear e sigilosa.

⁹⁸ O entrevistado se refere a Geraldo Azevedo Henning, ministro da Marinha no governo Geisel (1974-1979).

⁹⁹ O entrevistador se refere a Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos de 1977 até 1981.

M.S. – Claro. Como tínhamos com o Iraque, depois. De venda de yellowcake para o Iraque em troca de...

M.F. – Marinheiro não tem nada com isso, mas é uma coisa que deveria ser investigada e que... Porque não foi só a venda de yellowcake. Havia cooperação com o Iraque para a construção de mísseis. O principal condutor do programa nuclear missilístico do Iraque, era brasileiro.

M.S. – Isso era quem, aqui? O Venturini?

M.F. – Não. Era o CTA¹⁰⁰. A condução era o Conselho de Segurança Nacional. Pode ser que fosse o Venturini, mas não acho que foi só ele. Agora, no CTA, era um homem que foi importante nessa área missilística.

E.M. – É o Hugo Piva¹⁰¹?

M.F. – Piva. Eu tenho a impressão que o Piva estava no Iraque quando os americanos deram a primeira paulada.

M.S. – Ah, em 1991?

M.F. – O Piva era o... Líder, provavelmente deveria ser um iraquiano que fosse, mas ele era a figura fundamental do desenvolvimento missilístico do Iraque.

E.M. – Ele, também, era envolvido no projeto Solimões?

M.F. – Acho que não. Porque a formação...

E.M. – Ele é muito novo para isso.

M.F. – Não. A formação dele não é relacionada com nuclear. Tinha o Amarantes que era muito importante, eu acho que já faleceu, e... Alguns nomes que eu conhecia. Quer dizer, eu não conhecia nenhum pessoalmente, mas sabia da existência deles. [riso] Têm coisas curiosas a respeito disso. O almirante Othohn é uma pessoa extraordinária – na há dúvidas – e eu apoiei muito ele, mas ele tinha algumas idiossincrasias curiosas. Ele morava num apartamento em São Paulo e, no andar de cima ou de baixo – eu não me lembro -, tinha um americano que alugou e era aluno da USP, um major aluno da USP; o Othon cismou que tinham o colocado, lá, para espioná-lo. [risos] O cara não tinha nada a ver com isso.

M.S. – Por que o Brasil não desenvolveu um programa de mísseis como o projeto Condor, na Argentina?

¹⁰⁰ Centreo Técnico Aeroespacial.

¹⁰¹ O entrevistador se refere ao Brigadeiro Hugo Piva que foi chefe do Centro de Pesquisa Aeroespacial entre 1969 e 1987.

M.F. – Eu não sei. Isso é antes de eu chegar em posições de... De ser capaz de conhecer opinar. Foi anterior. Agora, o projeto Condor foi um projeto eficiente. Ele foi abortado na marra, não é?

M.S. – Sim. E somente pelo Menem, não é? O Alfonsín não abortou.

M.F. – Mas eles iriam longe.

M.S. – No Brasil, se temia o projeto Condor?

M.F. – Sim. Falava-se do no projeto Condor. Não é que se temesse, mas se admitia a possibilidade de que podia ser uma ameaça no Brasil.

E.M. – O projeto Sonda, que era o projeto de mísseis que se desenvolvia aqui, ele foi também bem sucedido? Em que medida ele foi bem sucedido?

M.F. – Não. Ele teve um sucesso limitado, mas não tinha objetivo militar nenhum. O projeto Sonda era científico.

D.N. – Era aeroespacial.

M.F. – Pesquisas espaciais. Eu, francamente, não sei qual é o grau de sucesso que ele teve. É lastimável. Não a questão nuclear, mas a questão missilística é lastimável, o atraso brasileiro nessa área. Não tem cabimento o Iran ser capaz de colocar satélite em órbita e o Brasil, com a projeção que tem...

M.S. – E tendo Alcântara não é?

M.F. – Não ser capaz de fazer isso. Por que teria havido essa relutância de prestigiar isso? Não vamos fazer bomba atômica, mas colocar um satélite em órbita. Uma coisa, por exemplo, que está viva hoje, o monitoramento do território – das fronteiras - isso, aí, é um satélite pacífico. Saber o que está acontecendo... Desmatamento, que está na moda - a questão do desmatamento -, nós dependemos de satélites estrangeiros. Por que não temos essa capacidade? Coloca um satélite em órbita equatorial, ou um troço desses.

M.S. – Por que foi barrado então?

M.F. – Não sei.

M.S. – Dinheiro?

M.F. – Suponho que o dinheiro tenha influenciado, mas é uma coisa tão importante que valeria a pena balançar contra as coisas; porque a missilística, realmente, é um absurdo o atraso brasileiro.

E.M. – Regimes de controle de tecnologia sensível foram, também, importantes...

M.S. – Ajudam a explicar.

E.M. – Ajudam a explicar também?

M.F. – Não creio que tivesse sido importante, isso. Devia incomodar, mas não devia ser importante.

M.S. – Vamos falar das visitas mútuas?

M.F. – Do que eu sei, que não é muito. Eu conheço, muito, o início dela.

M.S. – Isso. Falemos, um pouco, sobre isso. Onde estava o senhor, do ponto de vista do organograma, quando as visitas...

M.F. – Diretor geral de material da Marinha, que era o chefe superior do Othon. Eu era o chefe superior do Othon.

M.S. – E nessa capacidade, então, o senhor tinha um papel importante na organização da visita.

M.F. – Eu fui ouvido a respeito, mas eu fui ouvido no sentido de realização prática da visita.

M.S. – Entendi.

M.F. – A decisão de haver visitas não me afetava. Era diplomática. A primeira visita, que foi a visita do Alfonsín a Iperó, eu estava lá, em Iperó, para receber. Eu me lembro que almirante Sabóia e eu voamos de Congonhas para Iperó de manhã; deu um nevoeiro tremendo; e o piloto virou-se para mim, atrás, e disse: “Vamos ter que descer em uma fazenda porque eu não estou vendo nada.” Eu me lembro que o almirante Sabóia dizia: “A manchete não vai ser a visita do Alfonsín, vai ser ministro da Marinha chifrado por um boi.” [risos] Mas, quando ele realmente desceu, melhorou em altitude mais baixa...

M.S. – E conseguiram chegar até...

M.F. – Chegamos a Iperó. Uma meia hora depois, chegaram em helicópteros diferentes - e tinha que ser -, ambos da FAB.

M.S. – Por que tinha que ser diferente?

M.F. – Imagine um acidente. Pelo menos liquida só um. [risos] Chegaram em helicópteros diferentes; e o Sarney, na frente, para receber o Alfonsín.

M.S. – E o Alfonsín veio de helicóptero da FAB também?

M.F. – Também. Chegou a Iperó na FAB. Provavelmente, até Congonhas foi de avião argentino - creio. Aí, a visita foi muito interessante porque nem eles e nem... A equipe deles entendia nada daquilo. Todos de avental branco, chapéu branco e de sandália a andar entre as ultracentrífugas. Eu próprio, que ia, lá, todo mês não entendia nada. [risos] Imagina eles. Mas aquilo foi simbólico; e, aí, criou-se uma coisa que funcionou, e acho que funciona até hoje.

M.S. – Sim. A ABACC¹⁰².

M.F. – Isso funcionou porque deixou de ser visita de presidente da república e passou a ser visita de alguém que entende do assunto.

M.S. – Técnica. Claro. Agora, essa primeira visita, foi recebida como entre o almirantado?

M.F. – Ah, bem. Simpático. Porque, aí, já estava na fase... Bom, já tinha acabado o regime militar argentino e a Argentina já tinha entrado... Não ia ao caso, porque – até hoje – não se trata de ir ao caso, mas uma meia eclipse, não é? Então, não havia...

M.S. – Não havia risco.

M.F. – Não havia risco e nem oposição.

M.S. – Dentro do Brasil, não havia oposição às visitas?

M.F. – Eu nunca ouvi falar.

M.S. – Nem do Itamaraty?

M.F. – Não. Porque eu nunca ouvi falar de oposição. Pode ter havido, mas eu não ouvi falar. Na Marinha, com certeza, não.

M.S. – O senhor participou de uma visita anterior do Sarney à Pilcaniyeu?

M.F. – Não. Porque uma das evidências...

M.F. – Eu soube, mas não fui nem convidado.

M.S. – Uma das evidências que a gente tem achado, é que, nesse período, é geralmente a Argentina que avança com a proposta de visitas mútuas, de abrir as centrais... De avançar, não é? Numa política externa do Alfonsín muito ativista. E que, no início, o Brasil fica um pouco mais relutante, mas que, depois, a coisa termina andando bem e deslança.

M.F. – É natural, isso, porque havia aquela desconfiança histórica, não é? O que a Argentina está querendo com isso e tal? Mas, que eu saiba, nunca foi muito forte, essa resistência. Olhe, eu não sei lhe dizer sobre o Itamaraty, como isso era visto no Itamaraty. Talvez o Côrtes possa esclarecer alguma coisa. O que eu posso afirmar, é que na Marinha não havia. Pelo contrário, a ABACC foi bem vista pela Marinha.

M.S. – Ainda no quesito das visitas, e da preparação para isto, o senhor tem memórias se, nesse período, existe a compreensão entre o Brasil e Argentina que, ao fazerem negócios juntos nessa área, no sendo de aumentar a confiança mútua, os dois países estavam se preservando diante de pressões internacionais para a respectiva assinatura do TNP¹⁰³?

¹⁰² O entrevistador se refere à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle

¹⁰³ Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

M.F. – Isso saiu até na imprensa, de que essa aproximação ajudaria Brasil e Argentina diante do mundo, das injunções globais. Saiu até na imprensa. Agora, não vivi isso. Pessoalmente, não tive nenhuma participação nisso.

M.S. – Quando o Collor chega e faz o que o senhor chamou bem de “o teatro de Cachimbo”, a Gente já tem uma constituição. Agora, uma das coisas interessantes do texto constitucional, no que concerne a questão nuclear, é que a constituição proíbe a utilização de energia nuclear para fins militares, não para fins pacíficos. Agora, dentro do quesito fins pacíficos, existe a possibilidade de uma explosão.

M.F. – Claro. Eu me lembro que, na discussão - na época - da Constituinte, havia quem era contrário a essa possibilidade porque dizia uma coisa que era verdade, se você é capaz de fazer um artefato nuclear para explodir uma pedreira para abrir um canal, o que impede que ele seja usado para fim militar?

M.S. – A tecnologia de mísseis.

M.F. – É. Na verdade de mísseis, mas a bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki foi avião.

M.S. – Claro. Não precisou de míssil.

M.F. – De qualquer maneira, é uma redação um tanto [inaudível]; e como se chegou a ela, eu desconheço. Mas não há dúvidas de que é ambígua.

M.S. – Entramos na era Collor na nossa próxima seção? No nosso próximo encontro?

M.F. – Ok. Pode ser.

M.S. – Muitíssimo obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

